

ECONOMISTAS



mulher

Economista e Diversidade

Benefícios da inclusão e participação na economia
vão desde a pluralidade de pensamentos até
a solução para problemas pouco pensados

**Investimentos
em infraestrutura
no Brasil**

Renata Sena

**As economistas
nos órgãos
públicos**

Kênia Alves Campos

Entrevista:
Juliane Furno
*"A finalidade da
economia é gerar
bem-estar"*

**Economia
do cuidado**

Lia Lopes

**Garra, ousadia
e inclusão**

*A história de Thiago,
primeiro estudante com
paralisia cerebral a se
formar em Ciências
Econômicas na UFJF*



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



COMISSÃO
**Mulher
ECONOMISTA
& DIVERSIDADE**

EXPEDIENTE

Presidente: Paulo Dantas da Costa

Vice-presidente: Flávia Vinhaes Santos

Conselheiros efetivos:

Carlos Alberto Safatle

Carlos Roberto de Castro

Claudemir Galvani

Clovis Benoni Meurer

Flávia Vinhaes Santos

Heric Santos Hossoé

João Manoel Gonçalves Barbosa

Kerssia Preda Kamenach

Lauro Chaves Neto

Maria de Fátima Miranda

Maria do Socorro Erculano de Lima

Maurílio Procópio Gomes

Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Paulo Dantas da Costa

Paulo Hermance Paiva

Paulo Roberto Polli Lobo

Tania Cristina Teixeira

Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes:

Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Antonio Corrêa de Lacerda

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Cid Cordeiro Silva

Denise Kassama Franco do Amaral

Eduardo Reis Araujo

Evaldo da Silva

Gilson de Lima Garófalo

Gustavo Casseb Pessoti

Josélia Souza de Brito

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Noel Leite da Silva

Omar Corrêa Mourão Filho

Paulo Roberto de Jesus

Rogério Vianna Tolfo

Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

Conselho Editorial:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)

Paulo Dantas da Costa (Vice-coordenador)

Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Antonio Corrêa de Lacerda

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Eduardo Rodrigues da Silva

Eduardo Reis Araujo

Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gelton Pinto Coelho Filho

Gilson de Lima Garófalo

Heric Santos Hossoé

João Hallak Neto

José Luiz Pagnussat

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Juliane da Costa Furno

Lauro Chaves Neto

Luiz Carlos Delorme Prado

Mônica Beraldo Fabrício

Maria Cristina de Araújo

Paulo Sérgio Fracalanza

Pedro Garrido da Costa Lima

Roberto Bocaccio Piscitelli

Sidney Pascoutto da Rocha

Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)

Antonio Corrêa de Lacerda (Vice-Coodenador)

Clovis Benoni Meurer

Denise Kassama Franco do Amaral

Gilson de Lima Garófalo

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Lauro Chaves Neto

Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Róridan Penido Duarte

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora

Manoel Castanho – Jornalista

Raquel Passos – Assessora

imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS!



@cofecon

SUMÁRIO

Editorial Paulo Dantas da Costa	5	Perspectivas para a geração de emprego no Brasil: as profissões do futuro e o futuro das mulheres Alanna Santos de Oliveira	42
Entrevista Juliane Furno Manoel Castanho	6		
A necessidade de investimentos em infraestrutura no Brasil Renata Moura Sena	14	A economia é uma ciência androcêntrica Kellen Brito	48
Por um financiamento adequado do SUS Rosa Maria Marques	20	Desafios e conquistas - A jornada de uma economista além dos padrões Shirley Basilio	52
As contribuições da Economia Feminista para a construção de um pensamento crítico Marilane Teixeira	26	Garra, ousadia e inclusão Coordenação de Comunicação	56
O protagonismo (ou não) das economistas nos órgãos públicos Kênia Alves Campos	32	Novos livros	60
Economia do Cuidado Lia Lopes	36		

No dia 8 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher e, tradicionalmente, a revista Economistas deste mês é dedicada às mulheres economistas. Elas são fundamentais na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva e publicamos, nesta edição, artigos escritos por mulheres economistas, com dois tipos de abordagem: a forma como a economia olha para elas (questões de gênero) e a forma como elas, dentro de suas especialidades, olham para a economia. Entendemos que estas perspectivas enriquecem a análise de diversas questões e tornam a ciência econômica mais plural.

Ao longo dos anos, temos testemunhado avanços notáveis nas lutas das mulheres por direitos e oportunidades iguais. A entrega do Prêmio Nobel de Economia de 2023 a Claudia Goldin, por seus estudos sobre as mulheres no mercado de trabalho, apenas reforça a importância deste debate. Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que nos últimos dez anos a paridade salarial aumentou de 72,0 para 78,7 – quanto mais próximo de 100, maior a equidade. Este indicador mostra que, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito.

Os artigos publicados nesta edição abrangem temas que vão desde investimentos ao financiamento do Sistema Único de Saúde, passando pela economia feminista, economia do cuidado, participação das economistas nos órgãos públicos e outras questões de gênero. Além disso, em entrevista exclusiva, a economista Juliane Furno fala sobre o momento atual da economia brasileira, as travas ao crescimento econômico, a responsabilidade fiscal, o programa Nova Indústria Brasil, o desenvolvimento e políticas para o combate à desigualdade no País.

Desde 2023 a Comissão Mulher Economista, coordenada pela conselheira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, inclui também a Diversidade em seu escopo. Neste sentido, celebramos o feito do jovem Thiago da Costa, primeiro estudante com paralisia cerebral a se formar no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ele agora é um economista, com registro no Corecon-MG, e está organizando um projeto de consultoria, treinamentos e cursos na área de planejamento estratégico para promover a inclusão econômica.

Boa leitura



Paulo Dantas da Costa

Presidente do Cofecon

Economista. Especialista em Direito Tributário e Administração Financeira Governamental. Trabalhou no Banespa. Foi auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo ocupado diversos cargos de direção, inclusive o de coordenador de Programação Financeira. Foi presidente e vice-presidente do Corecon-BA, presidente do Cofecon em 2014, 2015 e 2023 e vice-presidente da autarquia em 2022. Atualmente, é consultor em diversas empresas públicas e privadas.

ENTREVISTA



Juliane Furno:

“A finalidade da economia é gerar bem-estar”

Em entrevista à revista Economistas, assessora do presidente do BNDES fala sobre crescimento econômico, industrialização e combate à desigualdade

POR MANOEL CASTANHO

Juliane Furno é uma economista heterodoxa. Tem mestrado e doutorado em Desenvolvimento Econômico, ambos pela Unicamp. Atuou na prefeitura de São Paulo, onde foi gestora de políticas sociais de trabalho e renda; foi assessora econômica parlamentar na Câmara Federal; economista-chefe do Instituto para a Reforma das Relações Estado e Empresa (IREE); e docente em várias instituições, entre elas a Unicamp e a UERJ. Desde 2023, atua como assessora da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Junto ao professor Pedro Linhares Rossi, é autora do livro “Economia para a Transformação Social: Pequeno Manual para Mudar o Mundo”. Ela defende que o economista deve, em certas circunstâncias, deixar de lado o pragmatismo e o foco nos problemas do presente para que não perca o ideal de sonhar com um futuro diferente.

Juliane falou à revista Economistas sobre o momento atual da economia brasileira, as travas ao crescimento econômico, a responsabilidade fiscal, o programa Nova Indústria Brasil, o desenvolvimento e políticas para o combate à desigualdade no País.

RE: No início de março foi divulgado o PIB brasileiro de 2023, com um crescimento da ordem de 2,9%. Como você vê a importância deste número para a economia brasileira?

JF: É um resultado expressivo, bem maior que as primeiras estimativas do mercado e precisa ser comemorado. A economia brasileira cresceu absorvendo mão de obra, reduzindo a taxa de desemprego, aumentando a massa salarial, com redução da inflação e valorização do real, mas ainda apontando os dilemas estruturais da economia brasileira, ou seja, crescendo sem uma mudança produtiva substantiva. É um crescimento, em boa medida, sustentado ainda no setor externo, no agronegócio e no consumo das famílias, o que tem fôlego curto.

RE: Nos últimos dois anos o crescimento se acomodou em torno de 3%. Seria este o novo normal? E qual seria o nosso potencial de crescimento, especialmente depois de ter passado por um período de estagnação que vem desde 2014?

JF: Não acho que este vá ser o novo normal. Há um conjunto de elementos que não devem se repetir em 2024, inclusive os gastos do governo vão estar mais comprimidos, mas também significa que se superou o pessimismo quanto ao que seria o primeiro ano do terceiro governo Lula. Havia um pessimismo quanto ao aumento dos gastos públicos, que levaria a um aumento da inflação que, para ser corrigido, demandaria um aumento substancial dos juros, comprimindo o investimento. E nada disso aconteceu.

RE: Vários indicadores econômicos têm apresentado resultados expressivos. O desemprego está no nível mais baixo desde 2014 e a balança comercial teve um superavit de quase US\$ 100 bilhões em 2023. Na sua avaliação, qual é a maior trava para o crescimento econômico brasileiro?

JF: Em primeiro lugar, a trava fiscal. O arcabouço fiscal limita os gastos discricionários do Estado, que não pode mais manejar a política fiscal com objetivos de curto ou longo prazo levando em conta uma análise mais minuciosa do cenário real. Os governos anteriores deixaram heranças, e elas podem ser materiais e objetivas, mas também ideológicas. O teto de gastos não deixou apenas a existência de uma regra que limitou os gastos públicos, mas a herança ideológica de que os gastos públicos precisam ser controlados por lei. Este é um rebaixamento do que era anteriormente a organização da política fiscal do Estado, quando não havia uma lei, mas um conjunto de acordos tácitos entre o Executivo e o Legislativo, e o Executivo mandava uma peça orçamentária com uma meta de resultado primário, levando em conta a estimativa de arrecadação e de despesas. Hoje a meta de resultado primário está numa lei e não permite mais a ação discricionária do Estado. Nós perdemos um instrumento, não por responsabilidade deste ou daquele governo, mas da sociedade – inclusive nossa, como economistas, que não conseguimos travar este debate com qualidade suficiente e massificá-lo de forma consistente para ganhar adesão e mudar a correlação de forças para que fosse possível descartar o teto de gastos e, no seu



O arcabouço fiscal limita os gastos discricionários do Estado, que não pode mais manejar a política fiscal com objetivos de curto ou longo prazo levando em conta uma análise mais minuciosa do cenário real."

lugar, não colocar nada. O Estado não vai mais ser um indutor tão forte quanto foi em outro período. No melhor dos cenários, os gastos públicos vão crescer 2,5%. No segundo governo Lula, a média de crescimento real das despesas primárias do Estado foi de 9%.

Outra trava é a monetária. Não estou entre os que acham que os juros determinam o investimento, mas eles são um componente importante. Não poder manejar esta variável, relegada a um Banco Central autônomo, também é uma trava, porque o governo não terá a complementariedade entre a política fiscal e a monetária. Às vezes o fiscal é mais expansionista e o monetário é mais restritivo, e essa sinergia deve existir para pensar o crescimento e o desenvolvimento de forma integral, que não é só a estabilidade de preços, mas o crescimento e a geração de emprego.

Por fim, uma trava estrutural é o desenvolvimento. Uma economia que gera emprego essencialmente no setor de serviços, que é basicamente composto de atividades servis, de baixo valor adicionado, pouco ligadas à estrutura industrial, é uma economia incapaz de internalizar

o progresso técnico e a acumulação de capital. O capital industrial, não a indústria antiga, mas a do futuro, precisa ser hegemônico e coordenar as decisões de investimento, para que não tenhamos crescimento aos solavancos, mas sustentado na indústria, na inovação e na geração de empregos qualificados.

RE: Em 2023 o governo apresentou um déficit fiscal da ordem de R\$ 230 bilhões. A meta para o indicador em 2024 é zero, mas existe certo ceticismo a respeito. Qual a sua opinião sobre o assunto? É possível ter responsabilidade fiscal aumentando os gastos?

JF: Estamos partindo da prioridade errada e dizendo que o déficit vai ser zero, mas já perguntamos quais áreas precisam de recomposição do orçamento? Precisamos encontrar um equilíbrio entre a necessidade de recomposição e as finanças públicas. Os direitos precisam se espremer para caber num orçamento apertado. Seria mais importante ter um bom planejamento, que levasse em consideração vários fatores. Então,



levando em conta que o Brasil ainda tem problemas da primeira revolução industrial que não combinam com um país desenvolvido, com 100 milhões de pessoas em insegurança alimentar, tantos milhões fora da escola, sem acesso a saneamento, teremos tantos bilhões de déficit alocados neste ou naquele programa. Alguém precisa pensar o ideal para então fazer a mediação entre o ideal e o concreto.

Mas a pergunta é provocativa em vários sentidos e a resposta é sim. Há um conjunto de acadêmicos que acreditam que o déficit fiscal resolve todas as coisas e que qualquer proposta que tenha superavit é uma proposta austera. Não necessariamente é assim. É preciso levar em conta o momento da economia, e quanto mais instrumentos tiver à disposição, melhor. Os governos anteriores de Lula mostraram que é possível ter responsabilidade fiscal e apresentar superavit primário sem cortar gastos, ao contrário, elevando gastos. É possível aumentar despesas fazendo superavit, desde que o tipo de despesa mobilize principalmente os que mais consomem – e eles consomem produtos que, infelizmente, são mais tributados, mobilizando o comércio e o mercado interno e gerando maior capacidade de arrecadação. Nem sempre um déficit significa que as despesas cresceram e um superavit significa que estamos cortando despesas.

RE: A inflação de fevereiro foi de 0,83% (em linha com o mesmo mês do ano passado, 0,84%), acumulando 4,50% nos últimos 12 meses. Você costuma ser crítica em relação à postura de preocupação excessiva com a inflação. Então, qual a sua análise destes números e quais são as razões desta postura crítica?

JF: A teoria monetarista veio ganhando espaço desde a década de 1970, trazendo uma preocupação unicamente com a estabilidade de preços. O tripé macroeconômico pós-plano Real tinha não somente metas de inflação, como metas declinantes, que tinham que estar cada vez mais próximas de zero. O governo Lula flexibilizou esta parte do tripé.

A minha crítica é porque a inflação se torna o grande indicador de performance da economia e ela é tratada como se fosse uma coisa só, oriunda

de um único processo e que sempre penaliza os mais pobres. Há vários causadores da inflação. Pode ser uma pressão de demanda, um choque de oferta, mas também há outros elementos, como o poder de monopólio e oligopólio na precificação, elementos inerciais, é algo bastante complexo. Ela é tratada como se sempre fosse oriunda da demanda e corrigida pelo único instrumento que o tripé macroeconômico coroou como instrumento de combate à inflação, que é a taxa de juros. Às vezes uma inflação persistente de alimentos pode ter como meio de resolução um amplo processo de reforma agrária e crédito agrícola, aumentando a produção.

Além disso, a inflação nem sempre prejudica os mais pobres. É um mito. Temos um índice de inflação que é composto de uma cesta gigante de bens e serviços. Quando a inflação está localizada em bens, normalmente prejudica os mais pobres,



Às vezes uma inflação persistente de alimentos pode ter como meio de resolução um amplo processo de reforma agrária e crédito agrícola, aumentando a produção."

porque boa parte da renda deles é direcionada para bens de primeira necessidade. Os serviços custarem mais caro numa economia como a brasileira significa que os salários estão subindo. Neste caso, ao conter a inflação com juros, você aborta um processo de aumento da renda do trabalho.

E há o elemento de curto e longo prazo. Por exemplo, se todos destinarem 100 reais de sua renda para beber cerveja, haverá uma pressão de demanda e um aumento de preços, mas também um estímulo, porque haverá empresários pensando em como lucrar vendendo cerveja. Se houver um aumento da taxa de juros para corrigir a inflação, será interrompido um processo de crescimento econômico que poderia ser mobilizado com o aumento do investimento industrial em fábricas de cerveja. São sinais contraditórios. Uma certa complacência com a meta de inflação pode ser

mais inteligente, e isso é algo mais complexo do que o sistema brasileiro, que trata tudo como se tivesse a mesma origem e o mesmo instrumento.

RE: Segundo dados da FIESP, a produção industrial brasileira teve aumento de 0,2% em 2023, mas ainda está 16,3% abaixo do pico histórico da série, atingido em maio de 2011. Como você vê a importância destes números?

JF: A indústria é um elemento extremamente importante para o desenvolvimento de qualquer economia, pelo potencial de encadeamento. Mesmo para transformar máquinas em máquinas, ela vai precisar de energia, minério, matérias primas, fornecendo um produto que será destinado àquela economia, além de demandar serviços acessórios como tecnologia da informação, design, contadores, economistas, entre outros. Um emprego diretamente vinculado ao setor industrial tende a gerar vários empregos indiretos. Além disso, a indústria gera os empregos mais qualificados, internaliza progresso técnico, gera soberania e reduz a vulnerabilidade à dinâmica internacional. A reversão da desindustrialização não é fácil, envolve uma série de instrumentos, mas não está em questionamento a importância de o Brasil se reindustrializar como forma de garantir o crescimento sustentado e gerar empregos de qualidade. Se fôssemos um país pequeno, sem mercado consumidor, sem recursos, poderíamos pensar numa inserção externa exportadora de produtos primários para importar produtos industrializados. Este não é o caso do Brasil, que tem uma vocação para ser um grande país o mais autossuficiente possível.

RE: Em janeiro foi lançado o plano Nova Indústria Brasil, com previsão de R\$ 300 bilhões em investimentos até 2026. Entre elogios e críticas, alguns afirmam que está alinhado com a política industrial que se pratica em países desenvolvidos, enquanto outros criticam o excessivo peso do Estado. Qual a sua visão sobre o programa?

JF: Ele está bastante alinhado com o debate de fronteira sobre política industrial. É o amadurecimento de um debate que vinha



acontecendo entre economistas que hoje ocupam espaços importantes no governo, que debatiam se a indústria era um fim ou um meio. A finalidade da economia é gerar bem-estar, garantir a execução dos direitos humanos, buscar uma sociedade com a maior possibilidade de exercício pleno da democracia econômica, com acesso integral e universal aos direitos.

Para isso a indústria não é o fim, é o meio. Ela garante que uma economia consiga sustentar estes direitos a partir da geração de renda, oportunidades de trabalho, restrição das vulnerabilidades externas, geração de bens públicos e serviços que sejam capazes de atender a estes direitos. A política industrial é guiada por missões, em que a indústria é o meio, e cada missão tem uma palavra muito importante: "para". A primeira missão se chama "Cadeias alimentares para garantir soberania nacional". A segunda, "Avançar no complexo econômico industrial da saúde para fortalecer o SUS e o acesso à saúde integral".

A ideia da indústria é melhorar o SUS, o sistema de saneamento, corrigir o desequilíbrio ambiental, construir uma nova matriz energética e uma indústria que seja menos intensiva em recursos naturais, fortalecer as cadeias agroalimentares para garantir a erradicação da fome. Neste sentido, é uma política muito bem desenhada.

RE: Entre os recursos anunciados para o plano, R\$ 250 bilhões virão do BNDES. Que impacto eles terão em termos de crescimento e diversificação econômica para o Brasil e qual a importância do Banco para a realização de projetos considerados estratégicos?

JF: Quando falamos disso, afirmamos duas coisas: primeiro, que o BNDES é muito importante, e ainda bem que este banco não foi destruído. Segundo, ele passou por um processo de criminalização muito grande, alvejado pela suposta existência de uma caixa preta. O BNDES perdeu a Taxa de Juros de Longo Prazo que utilizava para financiar setores estratégicos ou portadores de futuros. É um banco que financia investimentos com a Taxa de Longo Prazo, que hoje está pari passu com a Selic. Só existe taxa de juros subsidiada para inovação e digitalização, por autorização do Congresso Nacional. E ainda assim, de maneira comprimida: no máximo, 5% do lucro do Banco.

Pelo menos 80% destes R\$ 250 bilhões serão financiados a taxas de mercado. Além disso, hoje o BNDES não recebe recursos do Tesouro Nacional. Então, é um programa que custará muito pouco. Hoje os Estados Unidos financiam sua política industrial, da ordem de trilhões de dólares, com taxas subsidiadas. Todos os países sabem que, para se posicionar na geopolítica mundial, vão precisar que os Estados subsidiem setores estratégicos que têm capacidade de gerar mais empregos e progresso técnico.



Se fôssemos um país pequeno, sem mercado consumidor, sem recursos, poderíamos pensar numa inserção externa exportadora de produtos primários para importar produtos industrializados. Este não é o caso do Brasil, que tem uma vocação para ser um grande país o mais autossuficiente possível."

RE: No livro *economia para a Transformação Social*, você defende, junto ao professor Pedro Linhares Rossi, que o desenvolvimento deve ter um propósito e que seus motores devem ser a distribuição e a infraestrutura social. Quais são as vantagens deste modelo?

JF: Sou crítica a uma ideia comum de que não há crescimento sem distribuição de renda. O período militar mostrou o contrário: é possível crescer concentrando renda, dependendo de qual setor vai mobilizar o crescimento. Mas, apesar de não serem necessárias ao crescimento, a distribuição de renda e a infraestrutura social agregam potência ao crescimento econômico. O que determina o investimento é a demanda, e a demanda é uma função da renda. Portanto, se há distribuição de renda, há aumento da demanda e do investimento, que é a principal variável de crescimento sustentável.

A infraestrutura social pensa no bem-estar coletivo, que não é um somatório do bem-estar individual, mas um sistema de bem-estar social. Os espaços comunitários, de lazer, as praças, os centros integrados de juventude, as escolas, universidades, lavanderias públicas, creches comunitárias, inclusive a libertação de parte do trabalho de reprodução social que acaba recaindo sobre as mulheres e causando uma série de dificuldades de melhor inserção no mercado de trabalho. Às vezes a renda pode até ser menor, mas

a quantidade de serviços que uma pessoa acessa mais do que compensam. E isso aponta para uma sociedade em que as pessoas convivem mais, socializam mais, interagem mais. A infraestrutura social também é isso.

RE: Um dos maiores problemas que a economia brasileira enfrenta são as desigualdades sociais – que envolvem temas como desigualdade de renda, regional, de gênero, racial, entre outras. Que medidas ou que políticas você recomendaria para a redução das desigualdades no Brasil?

JF: Dentro do capitalismo sempre vai haver desigualdade, mas penso que é com a combinação de políticas universais com políticas focalizadas, em que o planejamento estatal atua de forma prioritária. Políticas universais são aquelas que melhoram a vida de todos, como é o caso da política de valorização do salário mínimo, da formalização do mercado de trabalho, do aumento de vagas no ensino superior e do fortalecimento da seguridade social. Ao mesmo tempo, tem que ter políticas focalizadas para diminuir a extrema pobreza, como é o caso do Bolsa-Família, ou políticas de ações afirmativas para incorporar mulheres e negros nas universidades e nos concursos públicos. Não se combate a desigualdade só com políticas focalizadas, nem só com políticas universais, mas com um mix destes dois elementos.





A necessidade de investimentos em **INFRAESTRUTURA** no Brasil

O Brasil precisa ampliar os investimentos na melhoria e na ampliação da infraestrutura. O governo é protagonista, sendo responsável pelo planejamento estratégico, pela promoção do ambiente de negócios e pela atração do capital privado. Ressalte-se que o Novo PAC, sozinho, não resolverá isso.

POR RENATA MOURA SENA



De acordo com o estudo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e da Ernst & Young (EY), o investimento em infraestrutura no ano de 2023 cresceu 19% em relação a 2022, alcançando R\$ 213,4 bilhões, o maior montante desde 2014. Desse total, 77% foram investimentos privados. Entre 2014 e 2022, os investimentos públicos no setor decresceram, associados à crise de 2015 e às consequências do Teto de Gastos a partir de 2016.

Mesmo com os investimentos privados, eles não foram suficientes para suprir as demandas do país. Por isso, é urgente a necessidade de ampliação de recursos em projetos e obras que foquem nos retornos econômicos, para o próprio setor e para toda cadeia impactada direta e indiretamente, e em retornos socioambientais.

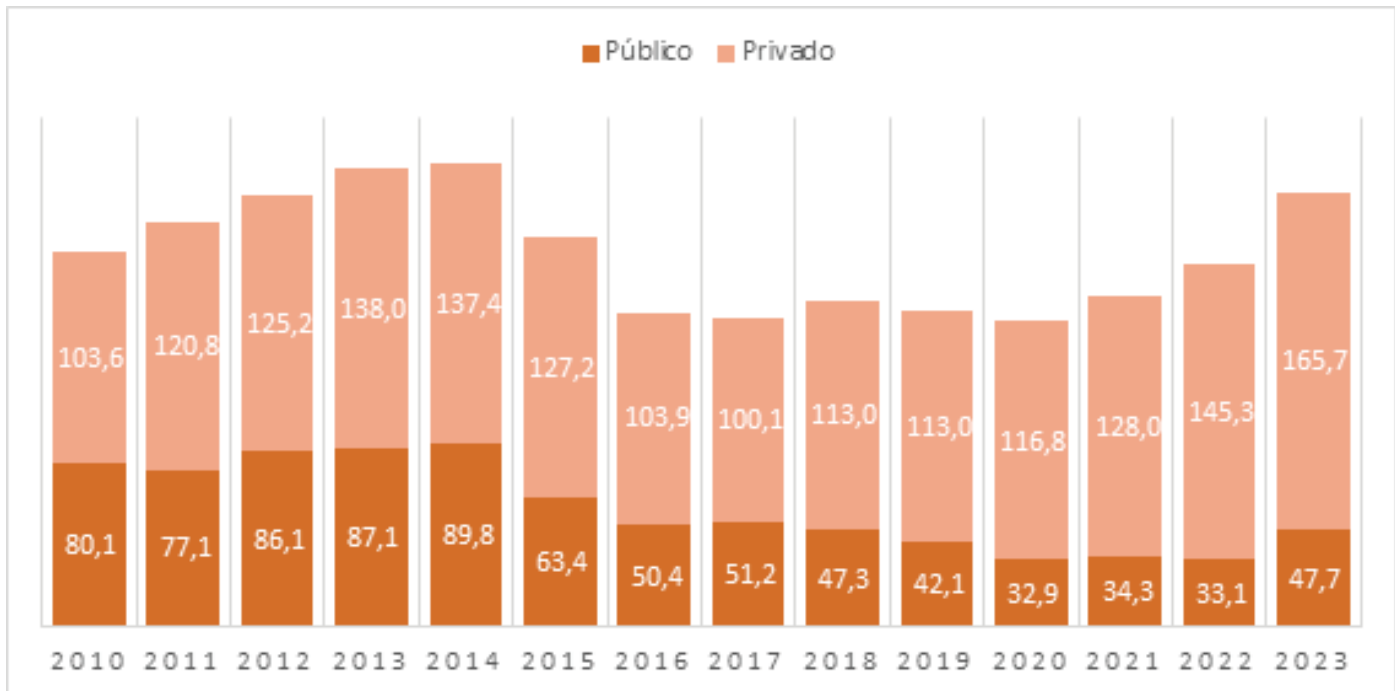
A infraestrutura abrange quatro grandes setores: Logística e Transportes, Energia, Saneamento e Telecomunicações. Em transportes, os investimentos ocorreram nos acessos e modais

como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. No setor energético, há crescimento das energias renováveis, que têm alterado a matriz energética do país. Em 2010, eólica e solar participavam com 1% da matriz, em 2022 somavam 14%.

No setor de Saneamento, a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020) alterou as competências da ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) e fortaleceu os processos de universalização do acesso à água e esgoto no país. Tem como meta, até 2033, atender 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgotos.

Para que isso ocorra, um dos pontos do Novo Marco é o incentivo à concessão da prestação de serviços. A Lei aprofunda os processos de regionalização, de forma a haver viabilidade econômico-financeira para atrair o capital privado e ampliar os investimentos no setor, e oferece segurança jurídica aos processos de privatização das empresas do setor.

Figura 1
Investimentos em Infraestrutura
 (R\$ bilhões, constantes, atualizados pelo IPCA)



*2023 Projeção

Fonte: EY Barômetro da Infraestrutura Edição 10.

Elaboração: ABDIB

Já em Telecomunicações há o aumento da demanda pelos serviços, tanto pelo crescimento do uso do IoT (internet das coisas) quanto pela conectividade 5G, cujos investimentos têm sido acompanhados de forma tímida pelas empresas. Apesar desses avanços, o país possui significativos desafios a serem enfrentados, tais como aumento dos investimentos e dos financiamentos, garantias, universalização (tanto do acesso quanto da qualidade dos serviços) e impactos ambientais.

De acordo com a OCDE, entre 2013 e 2023 os países em desenvolvimento realizaram investimentos públicos em infraestrutura entre 5% e 7% do PIB, em média. Para o mesmo período, o Brasil investiu cerca de 2%. Segundo a CNI, a projeção de investimentos para a manutenção das infraestruturas existentes e redução de gargalos deveria ser de cerca de 4% do PIB pelas próximas duas décadas.

No Ranking de Competitividade Mundial de 2023, do IMD (International Institute for Management Development), o Brasil ocupa a 60ª posição geral de um total de 64 países. Em Infraestrutura ocupamos a 55ª posição. Estamos

atrás de Argentina, México, Chile e Uruguai, entre outros países em desenvolvimento. Ao abrir os dados, temos que o nível de eficiência nas infraestruturas e serviços de portos, trens e qualidade nas estradas do país tem oscilado entre a penúltima e última colocação.

Além da escassez de recursos, o Brasil conta com problemas relacionados à confecção de bons projetos e na execução das obras. De acordo com o TCU, de um total de 21 mil obras existentes em 2023, 8,6 mil estão paralisadas. O percentual saiu de 29% em 2020 para 41% em 2023. Para um país com investimentos aquém do necessário para manter sua infraestrutura, esse número é inadmissível.

Como resultado, temos a redução da eficiência da economia do país e, notadamente, da indústria. Segundo estudo da Fundação Dom Cabral (FDC), em 2022 os custos logísticos do Brasil em relação ao faturamento bruto das empresas chegaram a 12,37%, frente a 8,5% dos EUA. O resultado é o pior na comparação com as 20 maiores economias do mundo e, ainda de acordo com a FDC, corresponde a mais da metade do custo-Brasil.



A aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento alterou as competências da ANA e fortaleceu os processos de universalização do acesso à água e esgoto no país.

Tem como meta, até 2033, atender 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgotos."

A formação de um banco de projetos bem executados, com prioridades nos impactos e benefícios econômicos e socioambientais, transparente, de forma a direcionar as decisões e escolhas dos policymakers, com foco no aumento da eficiência e na redução de custos, se faz urgente para todas as áreas da infraestrutura. Em 2016 foi criado o PPI (Programa de Parcerias para Investimentos), com objetivo de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e o setor privado. O BNDES é membro do conselho do PPI e atua estruturando, modelando projetos e indicando empreendimentos que sejam qualificáveis para desestatização ou implantação de PPPs (Parcerias Público Privadas).

O setor de Energia destaca-se, com a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), que desenvolve estudos e pesquisas voltadas ao planejamento do setor de energia elétrica, petróleo, gás natural e derivados e biocombustíveis. Inspirada na EPE, em 2012 foi criada a EPL (Empresa de Planejamento e Logística), com objetivo de desenvolver projetos, estudos e pesquisas para o planejamento da infraestrutura de logística e transportes. Em

2022, houve sua fusão com a VALEC, criando a INFRA S.A., cuja função é a prestação de serviços de planejamento, estruturação de projetos, engenharia e inovação para o setor de transportes. Apesar desses dois exemplos, o país ainda conta com muitos problemas associados à confecção de projetos.

Com intuito de incentivar os investimentos privados, em 2011 foram criadas as “debêntures incentivadas”, voltadas para a captação de recursos para infraestrutura e benefício fiscal aos investidores, por meio da isenção de cobrança de IR e IOF sobre a rentabilidade. Surgiram como alternativa à redução de empréstimos realizados pelo BNDES. Em 2024, houve a aprovação da Lei N° 14.801, sobre as “novas debêntures de infraestrutura” que complementam a lei de 2011.

Os títulos atuais deverão ser emitidos por concessionárias, permissionárias e companhias autorizadas a explorar serviços públicos. Os recursos deverão ser aplicados em projetos de investimento ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Também beneficiarão as empresas emissoras em relação

ao recolhimento de IR, por meio da dedução dos juros pagos da apuração do lucro líquido e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Adicionalmente, em agosto de 2023 o Governo Federal lançou o “Novo PAC” (Plano de Aceleração do Crescimento), que contempla R\$1,7 bilhão para investimentos em infraestrutura até o ano de 2026, em todos os estados. A previsão é de que parte dos recursos virão dos orçamentos da União, empresas estatais, financiamentos públicos e cerca de 50% dos investimentos virão do setor privado. Estão previstos R\$349,1 bilhões para Transportes (transporte eficiente e sustentável), R\$ 565,4 bilhões em Energia (transição e segurança energética), R\$30,5 bilhões em Saneamento (água para todos), R\$27,9 bilhões para Telecomunicações (inclusão e conectividade digital), entre outros investimentos.

Além de todos esses desafios, as mudanças climáticas que temos percebido de forma mais efetiva desde 2023 (e potencializadas pelo El Niño) têm trazido intensas ondas de calor, alteração no regime de chuvas, com secas em algumas regiões e tempestades em outras, e fortes ventos, e criam a necessidade de adaptação das cidades e das infraestruturas a essas novas condições meteorológicas. De acordo com estudo do Banco Mundial, os danos à infraestrutura causados pelas mudanças climáticas têm potencial de afetar o PIB negativamente em 1,3%.

As infraestruturas resilientes são aquelas capazes de absorver ou se recuperar de impactos naturais de forma rápida e eficiente. O debate tem aumentado, principalmente no setor de

transportes, para rodovias, portos e hidrovias, voltados principalmente para a adequação dos ativos existentes e para a criação de novos projetos que considerem esses efeitos e os impactos nos custos das empresas, nas solicitações de reequilíbrios contratuais por conta de desastres e na contratação de seguros.

De acordo com o Ministério dos Transportes, em 2023 as verbas destinadas para obras emergenciais, como desobstrução de estradas afetadas pelas chuvas, reconstrução de estruturas e outros reparos no rio Amazonas por conta da seca chegaram a cerca de R\$800 milhões. Considerando a ampliação dos eventos extremos, é importante avaliar como o montante de recursos necessários para essa adaptação e consideração de novos métodos construtivos seja remunerado por uma tarifa razoável ao usuário.

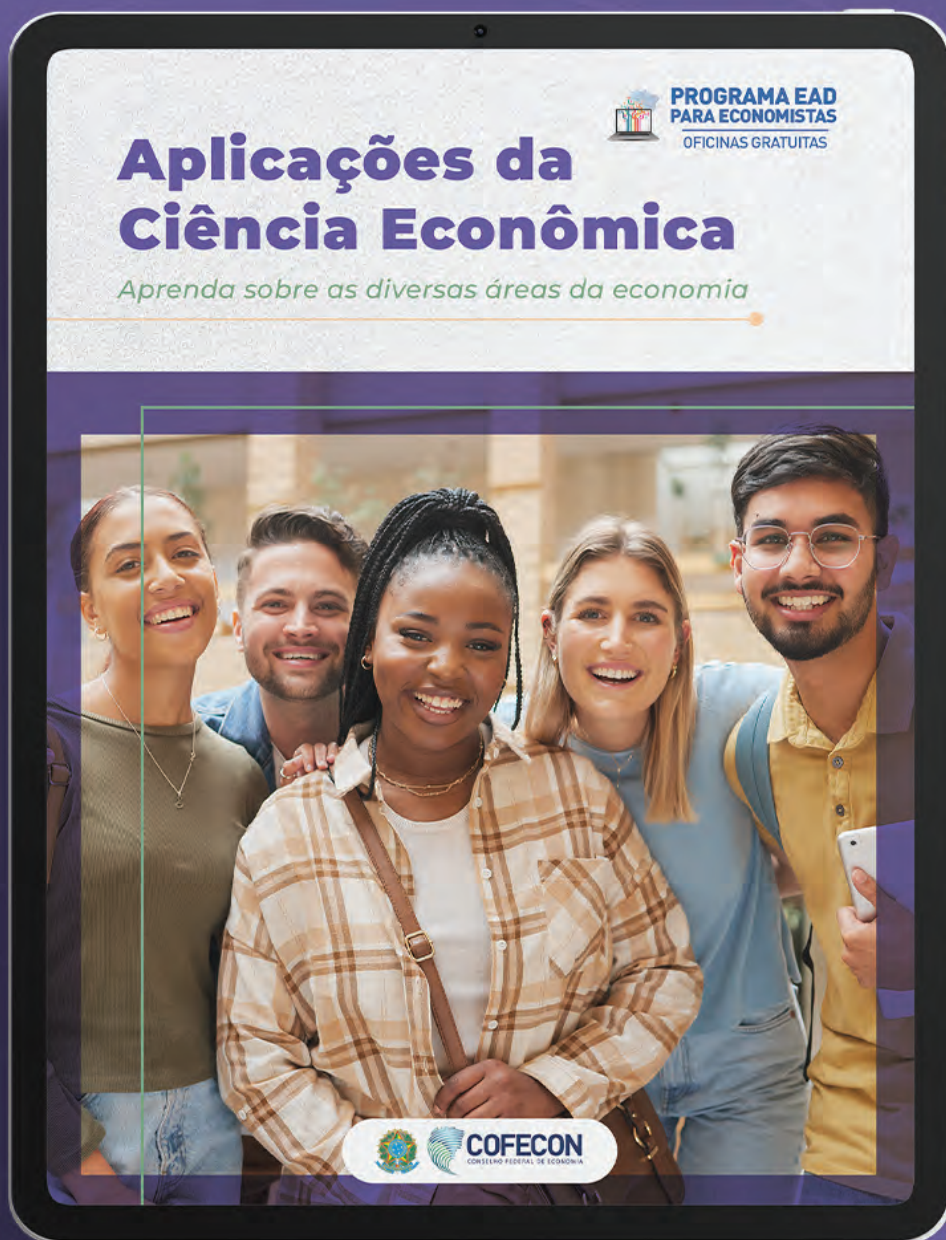
Além de todos esses pontos, o Governo Federal anunciou o plano Nova Indústria Brasil (NIB), que tem por objetivo direcionar a neointustrialização da economia brasileira por meio de inovações, desenvolvimento tecnológico, transição energética e descarbonização. Uma das medidas necessárias para o sucesso do NIB é a garantia de oferta e de qualidade da infraestrutura que atenderá ao programa. O setor de infraestrutura apresenta grandes desafios e oportunidades para o país. É urgente a necessidade de investimentos novos, em adaptação e manutenção dos ativos existentes. É fundamental a união dos setores público e privado em busca de soluções e aplicações eficientes para a infraestrutura do país.



Renata Moura Sena

Economista, mestre em Economia (PUC-SP) e especialista em Infraestrutura (FIESP). É professora de Ciências Econômicas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e atua em projetos relacionados à logística e transportes.

Cofecon lança e-book *Aplicações da Ciência Econômica*



SAIBA MAIS!

Aponte a câmera do
seu celular para o
código QR!



ARTIGO



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



POR UM **FINANCIAMENTO** **ADEQUADO DO** **SUS**

POR ROSA MARIA MARQUES

Cerca de 80% da população brasileira tem o Sistema Único de Saúde (SUS) como única alternativa de assistência à saúde a seu dispor. Inscrito na Constituição de 1988, o SUS completará 36 anos em outubro (e a Lei 8.080, que dispôs sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e funcionamento de seus serviços correspondentes, 34 anos). Entre os avanços propiciados pelo processo democrático, em termos de proteção social, certamente o SUS é reconhecido como um dos mais destacáveis, similar à introdução do piso correspondente a um salário mínimo para os benefícios ou da extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais. Mesmo assim, no início de 2024, se faz necessário intitular este artigo com uma palavra de ordem. Trata-se de deixar claro que, desde sua criação, o SUS nunca dispôs de recursos à altura de sua missão: garantir uma saúde pública e universal. Durante todo esse tempo, sem desconsiderar avanços ocorridos, sua história foi a de insuficiência crônica de recursos, o que impediu ou dificultou o pleno cumprimento de seu objetivo.

Ao longo de sua história, diversas entidades, movimentos e frentes se mobilizaram para prover o SUS das condições necessárias para seu pleno desenvolvimento, tanto do ponto de vista dos recursos (e não somente financeiros) como da gestão. Entre eles, destaco a Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES). Essa entidade, desde sua fundação em 1989, tem participado



A localização da indústria da saúde (leia-se insumos) no plano de reindustrialização do país constitui um enorme avanço, em consonância com os países que perceberam que, em tempos de pandemias, esse setor da indústria é um elemento chave para a manutenção da soberania nacional."

ativamente da construção de mecanismos que permitam a ampliação dos recursos para o SUS e de critérios para a participação das três esferas de governo em seu financiamento (e mesmo para o estabelecimento de critérios de transferência de fundos federais para os estados e municípios).

Do ponto de vista geral, essa entidade sempre denunciou que a situação financeira do SUS era de subfinanciamento, isto é, que os recursos oriundos da esfera federal, estadual e municipal eram aquém do necessário para um sistema universal. Essa situação perdurou até 2017, quando o subfinanciamento transformou-se em desfinanciamento. A denúncia com relação ao subfinanciamento sempre teve como base o fato de o país destinar à saúde pública montante muito

inferior ao de países com sistemas similares ou mesmo com relação a um conjunto de países. Por exemplo, em 2016, antes de começar a vigorar o Teto dos Gastos, o gasto público com saúde correspondeu a 3,9% do PIB, enquanto a média dos países da OCDE foi de 6,5% e, entre os países com sistema similar ao nosso, 8%. No mesmo ano, o setor público foi responsável por 43% dos gastos totais em saúde, frente à 73,6% na média dos países da OCDE. É claro que esses percentuais se traduzem em gasto público per capita extremamente baixo (OCDE, 2021).

Após 15 anos sobre a égide da Emenda Constitucional 29, de 2000, o financiamento federal da saúde passou a ser feito, a partir de 2016, pelos novos parâmetros da EC 86, de 2015. Esta Emenda



estabeleceu, como novo piso do gasto federal com ações e serviços públicos de saúde (ASPS), percentuais crescentes da Receita Corrente Líquida (RCL), de 13,2% em 2016 a 15% em 2020. Essa EC mal começou a vigorar e foi suspensa pelo então chamado Novo Regime Fiscal.

Em 2017, como sabido, começa a vigorar o chamado de Teto de Gastos. Contudo, fruto de negociação da aprovação da Emenda Constitucional 95, a saúde não teve seus recursos congelados a valores de 2016 no primeiro ano de sua vigência. Decorrente da negociação, foi antecipado como piso o patamar de 15% da receita corrente líquida (RCL), de modo que, em tese, houve aumento de recursos em relação a 2016, pois esse percentual seria aplicado somente em 2020. No ano seguinte, tanto o piso como o valor efetivamente aplicados em ações e serviços de saúde registraram queda, tanto em termos reais per capita como em proporção da RCL. No acumulado de 2018 e 2019, a saúde pública perdeu R\$ 17,6 bilhões de recursos (SANTOS e FUNCIA, 2020) e, no acumulado de 2018 a 2022, 70 bilhões de reais (SANTOS e FUNCIA, 2023).

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato introduziu esperanças entre aqueles que militam pelo SUS: estava aberta a possibilidade de alterar a tendência histórica de falta de recursos da saúde pública. De fato, mesmo antes de tomar posse, ao negociar recursos emergenciais com o Congresso, beneficiou o SUS, muito embora seu orçamento continuasse

insuficiente. Durante o primeiro ano de seu governo, não há dúvida que, para além do financiamento, houve melhora sensível na esfera da gestão, na recuperação do papel estratégico da prevenção (com destaque para a retomada das campanhas vacinais), entre outros aspectos. Além disso, a localização da indústria da saúde (leia-se insumos) no plano de reindustrialização do país constitui um enorme avanço, em consonância com os países que perceberam que, em tempos de pandemias, esse setor da indústria é um elemento chave para a manutenção da soberania nacional. Mais recentemente, em fevereiro de 2024, o anúncio de que os recursos não utilizados durante a pandemia da Covid-19 (no período de 2020 até 2022) poderão ser investidos em outras ações de saúde nos estados e municípios brasileiros constituiu um alento, somando R\$ 17 bilhões aos recursos do SUS (MS, 2024).

Apesar disso, os “sinais” são ambíguos, talvez fruto das contradições de um governo de Frente Ampla e da dificuldade de parte dele atuar na contramão do que 40 anos de domínio neoliberal no mundo impuseram como verdade inconteste. As contradições do terceiro governo Lula e seus limites não são, contudo, objeto desse pequeno artigo. Por isso, importa destacar dois fatos relacionados diretamente ao financiamento do SUS.

De um lado, em novembro de 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou, por unanimidade, que o poder executivo respeitasse o piso mínimo



constitucional a ser aplicado à saúde pública, o correspondente a 15% da RCL, somente a partir de 2024. Desse modo, o SUS teve uma perda de R\$ 20 bilhões em 2023, que se somaram às perdas anteriormente ocorridas e aqui mencionadas. Como sabido, a decisão do TCU foi resultado de consulta feita pela área técnica do Ministério da Fazenda e teve o apoio do Ministério Público.

De outro, o Novo Arcabouço Fiscal aprovado pelo governo Lula substituiu o congelamento por pequeno grau de flexibilidade na evolução das despesas (nunca inferior a 0,6% aa e nunca superior a 2,5% aa). Mas, como a saúde e a educação têm pisos garantidos e esses estão vinculados a receitas, restringe-se a margem de manobra para que haja ampliação das despesas em outras áreas, intensificando o conflito de interesses no tocante à

definição do orçamento da União. Não por acaso, aumenta o número daqueles que consideram que essas vinculações devam ser revisadas. Além disso, e talvez mais importante, é o fato de que a nova regra fiscal continua a ter como parâmetro maior, tal como a EC 95, o equilíbrio das contas públicas.

Nessas circunstâncias, é mais do que adequado nos valermos da palavra de ordem no título desse artigo. A ABrES, consciente de que é preciso construir um processo para que o SUS disponha dos recursos adequados, colocou para discussão, em 2022, o documento “Nova política de financiamento do SUS” (ABrES, 2022). Ele constitui um bom ponto de partida para que, de fato, capacitemos o sistema das condições necessárias para que ele cumpra plenamente seu objetivo.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECONOMIA DA SAÚDE, ABrES. Nova política de financiamento do SUS. Disponível em <https://abresbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Proposta-Nova-Politica-de-Financiamento-SUS-Abres.pdf>. Acesso: 15/02/2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Cerca de R\$ 17 bilhões não utilizados durante a pandemia serão investidos na saúde. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/cerca-de-r-17-bilhoes-nao-utilizados-durante-a-pandemia-serao-investidos-na-saude>. Acesso: 15/02/2024.

OCDE. (2020) Health Statistics. Disponível em: <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=SHA> Acesso: maio de 2021.

SANTOS, Lenir e FUNCIA, Francisco. Histórico do financiamento do SUS: Evidências jurídico-orçamentárias do desinteresse governamental federal sobre a garantia do direito fundamental à saúde. Domingueira Nº 21 - Maio 2020. Disponível em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-21-maio-2020?lang=pt>. Acesso: fevereiro de 2024.

SANTOS, Lenir e FUNCIA. Financiamento da Saúde e Piso Federal do SUS. Domingueira Nº 39 – Novembro 2023. Disponível em <https://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-39-novembro-2023>. Acesso: fevereiro de 2024.



Rosa Maria Maques

Economista, com pós-doutorado pela Université Pierre Mendès France de Grenoble e Universidad de Buenos Aires. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia da PUC-SP. Integrante dos Grupos de Trabalho da Conselho Latino-americano de Ciências Sociais e Crisis y Economía Mundial e Seguridad Social y Sistemas de Pensiones. Ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política e da Associação Brasileira de Economia da Saúde.

Confira a 2ª edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional do Economista!

Descubra:

- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Leia agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



ARTIGO

As contribuições da economia feminista para a construção de um pensamento crítico

POR MARILANE TEIXEIRA



Em qualquer configuração histórica em que se analisam as relações econômicas e sociais, essas somente se efetivam por meio da articulação de duas dimensões: a produção econômica e a reprodução social. A produção econômica entendida como a esfera do mercado, de produção de bens e serviços com valor monetário, e a reprodução social como sendo o espaço em que se realiza todo o trabalho de reprodução da vida humana. É na função específica do trabalho reprodutivo, visto como principal atribuição das mulheres, que encontramos a origem da divisão sexual do trabalho presente em todas as sociedades.

O pensamento econômico que se constituiu em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo oculta a interação entre o processo de produção e o processo de reprodução social que se forma no interior do sistema. Ao excluir da análise a dimensão reprodutiva e valorizar unicamente a esfera do mercado como o espaço privilegiado para a realização do processo de acumulação, o sistema relega as mulheres à dimensão privada e remove qualquer evidência de reconhecimento social do seu trabalho produtivo.

A separação imposta pelo sistema entre o público e o privado sancionará o lugar das mulheres não somente no espaço produtivo, mas em todas as demais dimensões da sociedade. Essa falta de reconhecimento se aprofundaria com a hegemonia da teoria neoclássica, que segue com forte influência até os dias atuais. Ao deslocar o conceito de valor-trabalho dos clássicos para um conceito de escassez, a teoria consolidou a separação entre as duas esferas e afastou o domínio privado de reprodução social do processo de produção e acumulação.

Embora presente desde os anos de 1980, essa abordagem a partir da economia feminista ganhou relevância no Brasil somente nas duas últimas décadas e por iniciativa do movimento feminista organizado - que, ao elaborar uma crítica às teses neoliberais e apontar as insuficiências da economia tradicional para indicar soluções aos dilemas de uma sociedade cindida por desigualdades seculares, buscou nessa literatura novos aportes teóricos e metodológicos para repensar uma nova economia.



A economia feminista irá se colocar como uma contraposição à economia dominante, substituindo a racionalidade econômica pelo que é necessário para a sustentabilidade da vida humana, enfatizando o processo social e as interações sociais e as relações que daí surgem. Ou seja, os resultados materiais são consequência da divisão social entre todos os seus membros e não da maximização dos resultados alcançados pela ação de indivíduos racionais em busca de utilidades (como preconizam os neoclássicos).

Neste sentido, a economia feminista procura abarcar todos os campos de estudo da economia e se coloca o desafio de enfrentar algumas questões centrais que representem práticas científicas e que incorporem preocupações como o tema da igualdade salarial no mercado de trabalho, as diversas formas de trabalho, a distribuição do trabalho reprodutivo, medidas que ajudem a medir o trabalho doméstico não remunerado e as discriminações que as mulheres enfrentam em estruturas ocupacionais e setoriais segmentadas, questões desprezadas pela economia predominante. Esse é um dos propósitos da economia feminista: revelar esses efeitos perversos e essas relações desiguais de poder e desmistificar a neutralidade da economia tradicional.

Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a economia predominante não revela.

O campo dos debates feministas vai se desenvolver com uma contribuição decisiva sobre

as relações sociais de sexo e o entendimento do trabalho como estruturador das relações sociais. Nesta elaboração, os trabalhos desenvolvidos e inspirados por Danièle Kergoat e Helena Hirata têm papel primordial, com a centralidade do trabalho e a compreensão da divisão sexual do trabalho na construção das relações sociais entre mulheres e homens. E, ao mesmo tempo, com a abordagem que denominou de “consustancialidade das relações sociais”, imbricando as relações sociais de sexo, de classe e de raça (KERGOAT, 2009 e 2014), a elaboração feminista nesta área buscará responder aos novos desafios teóricos a partir dos anos 1990, trazidos, em grande parte, mas não apenas, pela exigência de abordar as relações raciais e responder aos debates relacionados à orientação sexual (HIRATA, 2017).

Os efeitos de tornar invisível o trabalho doméstico e de cuidados e de transferir para as mulheres os custos de reprodução são vistos pela forma como as mulheres se inserem no mundo produtivo e pela necessidade de desenvolver estratégias que permitem sobreviver nestas duas esferas. As mulheres são forçadas a ingressar no mercado de trabalho em piores condições e aceitar ocupações que pagam menos. As tentativas de naturalizar essas relações aparecem nos paradigmas neoclássicos e uma contraposição a estas abordagens ganha visibilidade entre as feministas marxistas e, mais tarde, entre as economistas feministas.

Mesmo considerando que as demais escolas econômicas negligenciaram a perspectiva de gênero em suas teorias, partimos da crítica à



A economia feminista irá se colocar como uma contraposição à economia dominante, substituindo a racionalidade econômica pelo que é necessário para a sustentabilidade da vida humana, enfatizando o processo social e as interações sociais e as relações que daí surgem."

escola neoclássica porque é ela que orienta as políticas econômicas predominantes e sustenta todo o ideário neoliberal que se encontra na raiz das desigualdades sociais e econômicas. Seus pressupostos estão orientados por uma nítida divisão social, sexual e racial do trabalho e suas formulações expressam o lugar das mulheres na atividade econômica como reprodutoras da força de trabalho.

Portanto, o que torna diferente a economia feminista da economia predominante e das demais escolas econômicas é o persistente questionamento da dimensão básica de gênero, seja por meio de fenômenos particulares ou de implicações de gênero a partir de decisões de caráter macroeconômico, dimensão esta esquecida ou ignorada pelas demais escolas de pensamento econômico.

O uso das categorias “gênero” e “patriarcado” – conceitos construídos nos anos de 1970 e fundamentais para o feminismo – se generaliza entre as economistas feministas. O conceito de “gênero” será particularmente importante para os estudos sobre o trabalho.

A economia é fortemente dominada por um paradigma altamente conservador e pró-capitalista. Com a hegemonia neoclássica, tornou-se extremamente difícil conseguir respostas para as questões feministas. A economia neoclássica foca as relações de troca e exclui as atividades não monetárias, ignorando o comportamento econômico das mulheres. A economia neoclássica simplifica e estereotipa a natureza da vida das mulheres, as relações sociais e as motivações econômicas. Neste sentido, as mulheres tendem a ser vistas como esposas e mães, membros de uma família nuclear onde são economicamente dependentes de um provedor masculino. E a família é vista como uma entidade harmoniosa. A prevalência do padrão neoclássico de uma estrutura de mercado competitivo perfeito serve para ofuscar a natureza dos problemas das mulheres no mercado de trabalho.

Finalmente, os indivíduos são assumidos como homens e o ponto de vista masculino é o único considerado, e as mulheres são vistas como objeto de estudo por meio de seus papéis como donas de casa e esposas.



Por isso as economistas feministas se deparam com uma difícil tarefa, que é ao mesmo tempo intelectual e política, mas também tensionada com o perigo da censura acadêmica, o ostracismo universitário e o falecimento profissional. Dadas as condições adversas apresentadas pela natureza metodológica e pela construção ideológica da disciplina, a crítica feminista à economia e o surgimento de uma economia feminista ainda estão em processo de construção. Isso, inicialmente, assume forma nas tentativas de integrar uma análise de gênero e a contribuição econômica das mulheres dentro de paradigmas existentes. Mas tais tentativas levaram à percepção de que “encaixar (as mulheres) na análise existente não funciona” (COHEN, 1982:99).

A proposta da economia feminista é repensar o pensamento econômico com o objetivo de melhorar as condições econômicas das mulheres, a teoria econômica e as políticas que nela se fundamentam. O principal argumento que sustenta esse objetivo é que a maior parte das bases e recomendações de políticas econômicas está fora de lugar e de tempo.

Tais políticas são produto de uma determinada época em que foram concebidas e desenvolvidas e do sexismo presente em nossas sociedades. A economia é considerada como algo distante das lutas sociais e políticas e, especialmente, do movimento feminista.

As contribuições da economia feminista para a teoria econômica, assim como para outras disciplinas, têm quatro componentes fundamentais: i) dar visibilidade às mulheres como sujeitos, legitimando suas experiências e perspectivas; ii) reconhecer e entender as desigualdades entre mulheres e homens; iii) modificar a teoria, a metodologia e as práticas da disciplina econômica; iv) desenvolver um método que inclua todas as pessoas.

A partir dessa perspectiva, várias iniciativas importantes merecem destaque, a exemplo do enfoque da economia solidária, do trabalho no campo e a presença significativa das mulheres na agricultura familiar, o significado do enorme contingente de mulheres envolvidas com o trabalho doméstico no Brasil e número relevante de mulheres



que se encontram em atividades não remuneradas ou simplesmente fora do mercado de trabalho. O espectro de análise que se abre a partir das contribuições da economia feminista é muito amplo e praticamente abrange todas as áreas de estudo da economia.

A partir do questionamento aos pressupostos da economia predominante buscou-se demonstrar

como as economistas feministas desenvolveram uma crítica aos métodos da economia predominante e revelar as imbricações de sexo, classe e raça como constituinte de uma sociedade profundamente desigual. Outra contribuição está relacionada a inclusão do trabalho doméstico não remunerado nos modelos econômicos e nas medidas de políticas públicas.

Referências Bibliográficas

COHEN, Marjorie. The problem of studying “Economic Man”, in: Angela Miles and Geraldine Finn (eds) feminism in Canada, from Pressure to politics, Montreal: black Rose books, 1982

FERBER, Marianne & NELSON, Julie. Beyond Economic Man: A feminist theory and Economics. Chicago: University of Chicago Press, 1993. Edição em espanhol: FERBER, Marianne. A. & NELSON, Julie, A. Más allá del hombre económico. Economía y teoría feminista. 1ª ed. Valencia, Espanha: Ediciones Cátedra. Universitat de València. Instituto de la Mujer. 2004

HIMMELWEIT, S. “The Discovery of “Unpaid Work”: The Social Consequences of the Expansion of “Work”. Feminist Economics, 1(2). 1995

HIRATA, Helena. Feminismos materialistas e teorias da interseccionalidade: algumas controvérsias. 2017 (mimeo, em elaboração)

JURUÁ, Ceci. O vazio na economia: o deserto e as miragens. Trabalho apresentado ao círculo

KERGOAT, Danièle . Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène (org). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-80.

KERGOAT, Danièle. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. In: MORENO, Renata (org.). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempreviva, 2014

OROZCO Pérez, Amaia O. Economía del género y economía feminista. ¿Conciliación o ruptura. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer. Caracas. Enero-Junho 2005, Vol.10, n. 24

POWER, Marilyn. Social Provisioning as a Starting Point for Feminist Economics en Feminist Economics vol. 10 N° 3, pp. 3-19. 2004

ULLOA, Maria. Mesa de trabajo. Teoría y principios de la economía feminista. In: Mujeres y Economia Colombia. Agosto, 2000.



Marilane Teixeira

Economista, com pós-doutorado no Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora na área de relações de trabalho e gênero.

O protagonismo (ou não) das economistas nos órgãos públicos

POR KÊNIA ALVES CAMPOS

As mulheres economistas têm desempenhado um papel cada vez mais notável nas instituições e nos órgãos públicos, o que advém de suas habilidades analíticas e sua visão estratégica, combinadas a uma compreensão sensível das questões sociais e econômicas. Suas atuações abrangem uma variedade de áreas, desde gestão financeira até o desenvolvimento econômico e social. Sua expertise é crucial para a análise de dados econômicos complexos, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões. Além disso, as economistas contribuem significativamente para a formulação de políticas públicas mais robustas e eficazes, abordando os desafios com sensibilidade especial para questões de gênero e igualdade.

O protagonismo das mulheres à frente de grandes instituições, como Christine Lagarde, atual presidente do Banco Central Europeu, Kristalina Georgieva, atual diretora geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Ngozi Okonjo-Iweala, atual diretora geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Solange Ribeiro, atual vice-presidente do Conselho do Pacto Global da ONU, Tarciana Medeiros, atual Presidente do Banco do Brasil, dentre outros órgãos de destaque, mostra que as mulheres estão conquistando espaços, crescendo nas instituições financeiras, políticas e econômicas, fazendo a diferença diariamente. A economista Claudia Dale Goldin, professora titular na Faculdade de Economia de Harvard, vencedora do Prêmio Nobel de Economia



2023 por suas pesquisas sobre a mulher no mercado de trabalho, é mais um exemplo dessa conquista.

Um estudo realizado entre 2020 e 2022 pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon) mostrou que houve um aumento da participação das mulheres economistas nas áreas públicas: em 2020 a participação foi de 25,9%, em 2021 de 28% e em 2022 de 33,73%. A pesquisa também mostrou que houve um aumento na motivação das economistas: em 2020, 46,9% se mostravam motivadas, em 2021, 48% e em 2022, 54,10% das mulheres economistas estavam motivadas. Isso mostra um despertar das economistas para seu papel fundamental na iniciativa pública e não somente nas políticas sociais, mas também nas oportunidades de gestão e finanças.

Nos cargos de gestão financeira, a presença das economistas evidencia suas habilidades em analisar riscos, prever tendências econômicas e gerir eficientemente os recursos públicos, o que contribui para uma administração mais eficaz e responsável. Nos cargos de gestão estratégica, as mulheres proporcionam melhorias no clima organizacional das instituições, promovem a equidade e geram mais valor à população.

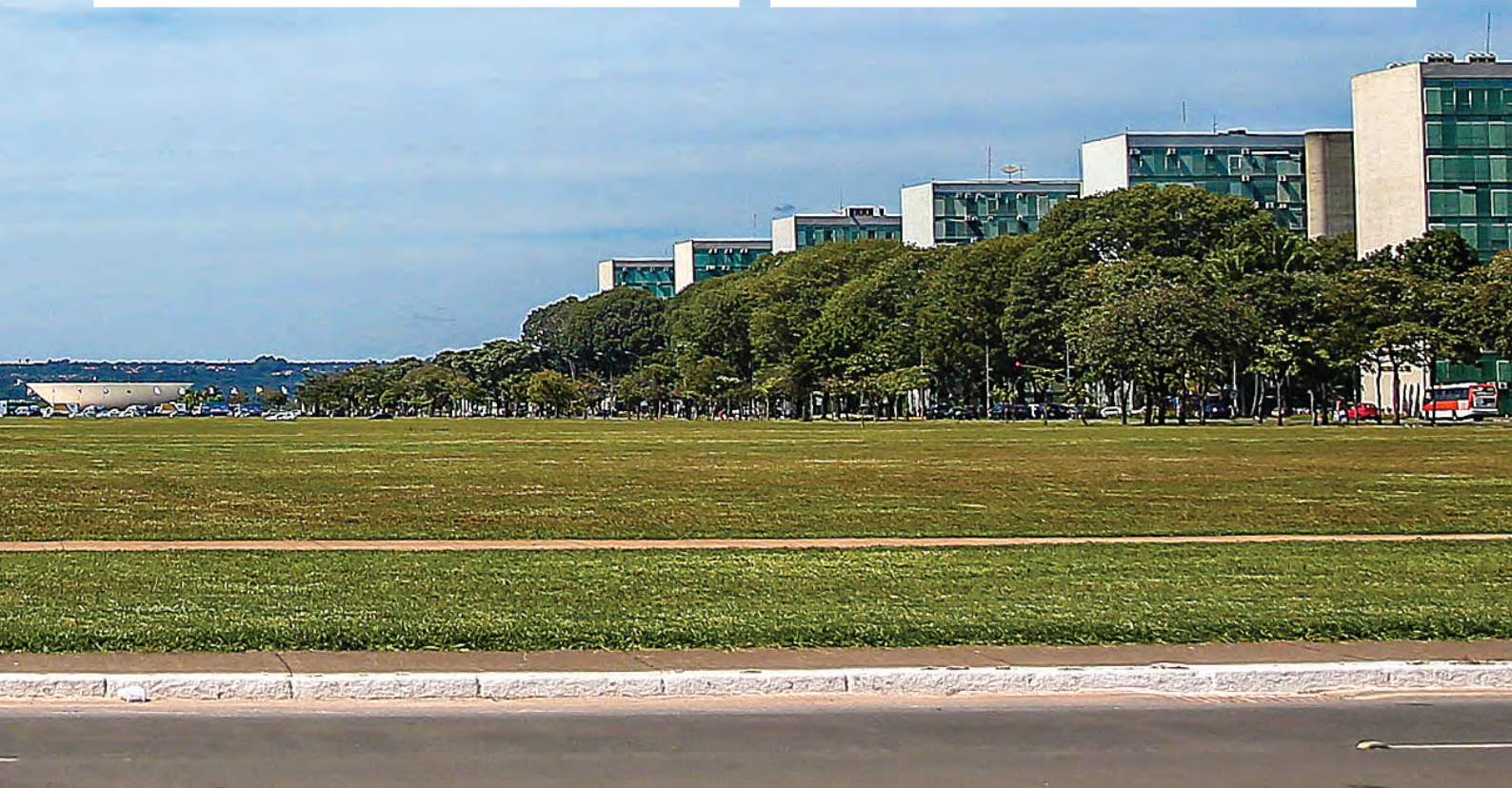
A presença feminina nos órgãos e instituições públicas promove diversidade e contribui para uma representação mais equitativa na formulação de políticas públicas. As mulheres

são defensoras naturais da inclusão e são fundamentais para assegurar que as políticas públicas considerem as diferentes realidades enfrentadas por mulheres e homens, abordando desigualdades e promovendo oportunidades igualitárias. Sua visão abrangente considera não apenas indicadores econômicos, mas também o impacto social e ambiental das políticas, o que é vital para criar um futuro mais equilibrado e sustentável.

Porém, apesar dos progressos alcançados, ainda há muitos desafios a serem superados no que diz respeito à representatividade de mulheres economistas nos órgãos públicos. Iniciativas que promovam a igualdade de oportunidades e que eliminem as barreiras, principalmente salariais, para a ascensão dessas profissionais são fundamentais para garantir uma participação significativa e consolidada.

Na pesquisa do Cofecon já mencionada, 51% das mulheres consideraram (em 2021) que a desmotivação era acarretada pelo salário incompatível com o mercado e 55% pela falta de reconhecimento. Dessa forma, o desafio da diminuição da desigualdade salarial por motivo de gênero permanece, mas está ocorrendo um estímulo para que as mulheres estejam preparadas para as oportunidades de grandes cargos públicos.

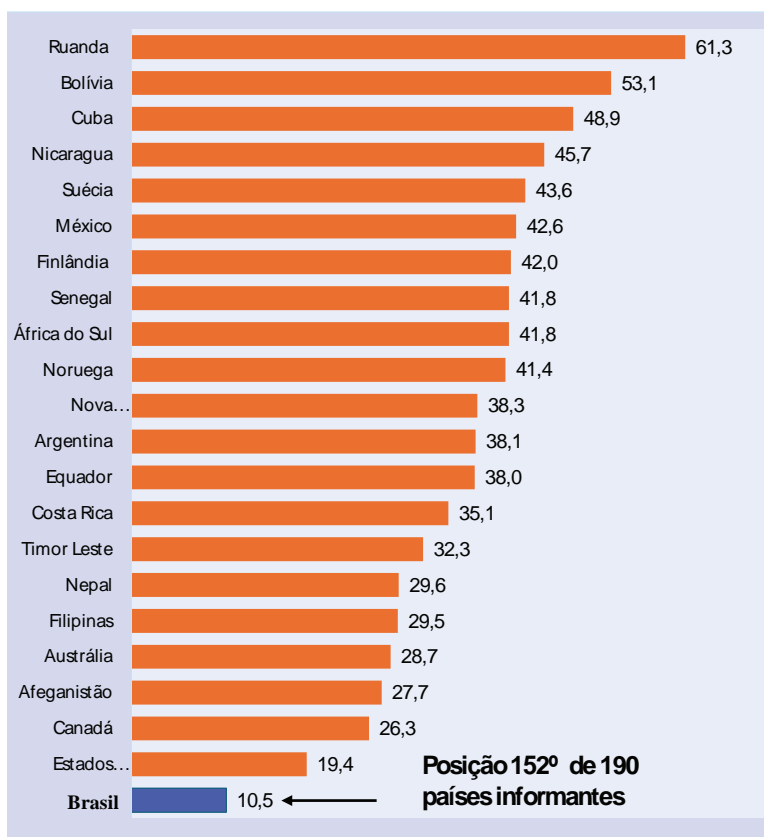
No estudo da professora Claudia Goldin, foram apontados motivos pelos quais a mulher ainda possui disparidade salarial, como a



maior disponibilidade para a família e o nascimento do primeiro filho. Isso não é diferente para as mulheres economistas. Na pesquisa do Cofecon, cerca de 40% das mulheres eram casadas e a mesma porcentagem possuíam filhos, sendo que cerca de 60% das horas diárias eram dedicadas ao serviço doméstico não remunerado. Dessa forma, a dinâmica familiar pode influenciar nas oportunidades para o avanço na carreira das economistas.

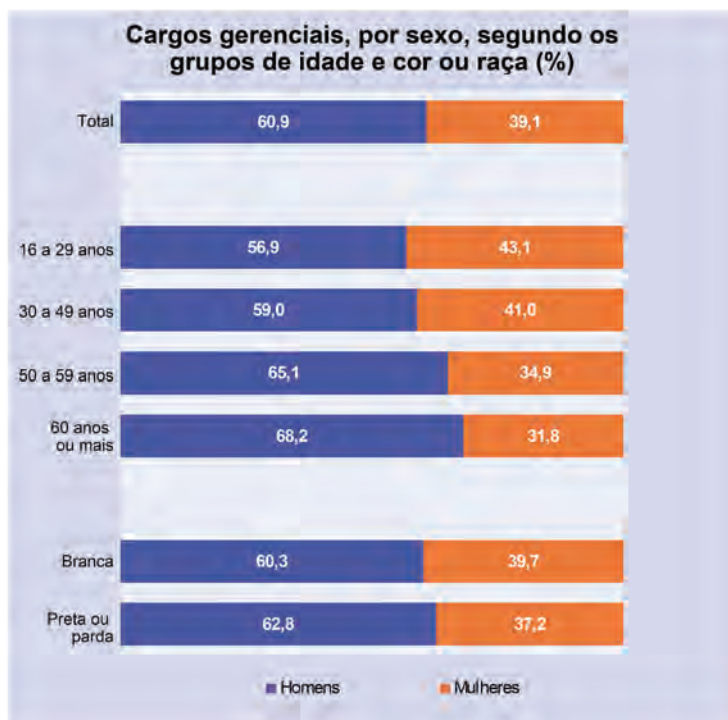
Nos órgãos públicos, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a diferença entre homens e mulheres no setor público é notável: elas chegaram ao patamar de 59% do total de servidores federais, porém ganham em média 24% menos do que os homens. Essa situação é factível a todas as outras profissões, ou seja, as economistas seguem uma tendência de desigualdade salarial nacional e mundial, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 1:
Proporção de parlamentares mulheres em exercício em câmara baixa ou parlamento unicameral, segundo os países selecionados (%)



Fonte: IBGE/Inter-Parliamentary Union - IPU, 2017 e Congresso Nacional

A presença de mulheres economistas em altos cargos públicos desafia estereótipos persistentes de gênero relacionados ao campo da economia. As competências desempenhadas pelas mulheres economistas em cargos públicos e sua liderança devem apontar para a desconstrução de noções preconcebidas nesse campo e expectativas positivas para futuras gerações. Ainda assim, o desafio ainda é grande para lograr êxito e igualdade. O gráfico abaixo mostra essa situação.



O papel das mulheres economistas nos órgãos públicos é crucial para a construção de sociedades mais justas e equitativas. Essas mulheres são inspiradoras e sua capacidade, perspectivas diversificadas e compromisso com o bem comum são fundamentais para moldar políticas públicas que atendam às necessidades dos cidadãos. É fundamental que se tenha um olhar mais aplicado para a questão da desigualdade de vagas em posições de altos cargos na Administração Pública e a diminuição da desigualdade salarial, para que haja uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M.A.A., MEIRELLES, R.L. Mulheres e homens em ocupação de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG), Texto para discussão, RJ, Nov. 2012. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- BRASIL, Conselho Federal de Economia, 2024.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024.
- COFECON. Questionário Mulher economista. Disponível em: bit.ly/49XVIAB.
- GOLDIN, C.D. Career and family: women's century-long journey toward equity, 2021.



Kênia Alves Campos

Economista, pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade do Estado de Mato Grosso e mestre em Economia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Conselheira do Corecon-MT. Atualmente é servidora no Governo do Estado de Mato Grosso.

Economia do Cuidado: *potenciais desperdiçados*

POR LIA LOPES

Em outubro de 2023 a economista norte-americana Claudia Goldin ganhou o Prêmio Nobel de Economia por sua pesquisa sobre a disparidade de gênero (gender gap) e a participação das mulheres no mercado de trabalho, tornando-se a terceira mulher a receber esse prêmio em seus 54 anos de existência.

Com mais de três décadas de investigação científica, a pesquisadora e professora do departamento de economia da Universidade de Harvard apresentou em seus estudos fatores que explicam a desigualdade salarial entre homens e mulheres ao longo da história.

Um deles está relacionado à maternidade, especialmente no retorno da licença após o nascimento do primeiro filho, impactando diretamente a carreira profissional das mulheres ao conciliarem as demandas de cuidado materno com as responsabilidades do trabalho.

Outro fator está ligado ao uso da pílula anticoncepcional, que permitiu às mulheres terem certo domínio hormonal de seus corpos para melhor planejar suas formações acadêmicas e profissionais, dedicando mais tempo ao trabalho e postergando a gestação e a formação de suas famílias.

O terceiro está relacionado à demanda dos empregadores por horas extras de trabalho e à disposição dos empregados em trabalhar além do horário comercial (conhecido como greedy work - trabalho ganancioso). Como as mulheres geralmente são responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com familiares (trabalho reprodutivo não remunerado), isso as impede de competir com aqueles que têm disponibilidade para fazer horas extras e ascender na carreira.

Além disso, Goldin analisou 200 anos da evolução histórica do desenvolvimento econômico global e descobriu que o crescimento econômico não resultou em uma maior participação feminina no mercado de trabalho, muito menos na diminuição da desigualdade salarial.

Em seu livro *Understanding the Gender Gap* (1990), ela aponta que mulheres e homens ocuparam postos de trabalho e tiveram remunerações aproximadas apenas na época da revolução industrial (1820-1850), devido à alta demanda das fábricas por mão de obra.

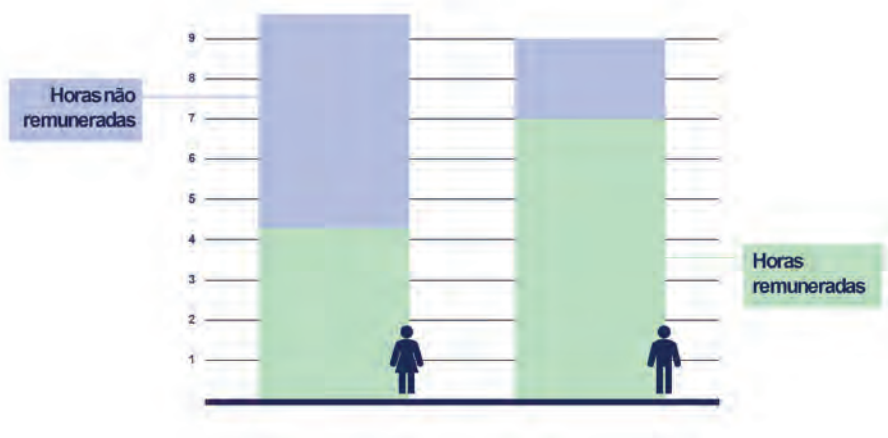
Durante a pandemia de Covid-19, Goldin continuou analisando a participação das mulheres no mercado de trabalho e verificou que a flexibilidade da jornada, graças ao avanço da tecnologia (trabalho remoto), é um importante mecanismo de promoção da equidade de gênero no trabalho.

O trabalho remoto possibilita que as mulheres trabalhem em casa, evitando deslocamentos e otimizando o uso do tempo para conciliar as atividades domésticas e familiares com o trabalho remunerado, ampliando a participação feminina no mercado de trabalho.

No entanto, estudos já apontam que essa sobrecarga de atividades realizadas pelas mulheres está ocasionando prejuízo à saúde física, mental e emocional delas, com o aumento do nível de exaustão e cansaço e, conseqüentemente, improdutividade.

Estes dados explicam porque atualmente apenas 50% das mulheres estão ativas no mercado de trabalho, em comparação com 80% dos homens. As dificuldades que as mulheres enfrentam para trabalhar no mercado e realizar as atividades de





cuidado mostram as disparidades competitivas que elas enfrentam para se manter ativas e produtivas economicamente.

Todavia, em um mundo cada vez mais dependente do trabalho de cuidado, as atividades não remuneradas desempenhadas pelas mulheres são fundamentais para a manutenção e sustentação da economia, permitindo que o sistema econômico produtivo opere da forma como conhecemos. Isso ocorre porque sem o cuidado não há produção. O cuidado é, por si só, um trabalho produtivo (exige tempo, possui técnica e é um serviço que gera valor).

Por isso, relaciono os fatores apresentados por Goldin com um outro campo de estudos chamado “Economia do Cuidado”, para entender os motivos pelos quais continuamos desperdiçando recursos financeiros cruciais, gerados pelas mulheres, em nossa sociedade.

É difícil indicar quem criou o termo “Economia do Cuidado” (Care Economy), pois diversas pesquisadoras ao redor do mundo problematizam o entendimento sobre cuidados em suas diferentes áreas de conhecimento e perspectivas epistemológicas, com estudos que perpassam as décadas de 1960 a 1990.

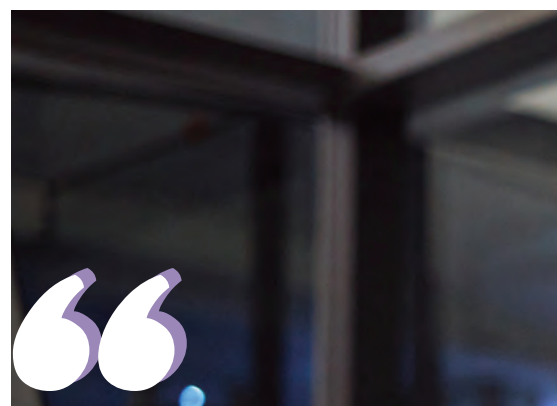
A Economia do Cuidado é um importante instrumento de reconhecimento e valorização do trabalho realizado pelas mulheres visando à sustentação da vida e do bem-estar de todas as pessoas.

Segundo pesquisa da Think Olga, as mulheres dedicam, em média, 61 horas por semana para trabalhos de cuidado (que não são remunerados).

Agora, imagine que essas horas fossem incluídas no ciclo de trabalho produtivo e, portanto, remuneradas. Você seria capaz de mensurar quanto de recurso financeiro as mulheres estão gerando para o sistema econômico produtivo? A Think Olga fez essa conta em 2021.

Se todas as horas dedicadas ao cuidado fossem remuneradas, o trabalho realizado pelas mulheres geraria 10,4 trilhões de dólares por ano (seria o 4º maior PIB do mundo, com valor 24 vezes maior do que a economia gerada pelo Vale do Silício anualmente).

Entretanto, todo este potencial financeiro gerado pelo trabalho do cuidado ainda está longe de ser absorvido e inserido no PIB por não ser



Estudos já apontam que essa sobrecarga de atividades realizadas pelas mulheres está ocasionando prejuízo à saúde física, mental e emocional delas, com o aumento do nível de exaustão e cansaço e, consequentemente, improdutividade."

considerado um “trabalho produtivo” e, portanto, gerador de riqueza e valor para o mercado.

Isso ocorre porque o tempo dedicado ao trabalho de cuidado, que garante a sustentação e manutenção da vida (saúde, educação, etc.) de todas as pessoas do núcleo familiar (crianças, adultos, idosos, pessoas enfermas e com deficiência - PcD), é dado como uma obrigação da função social da mulher, revestido de fatores emocionais como afeto e amor.

Além disso, a invisibilidade do trabalho e a falta de regulamentação, valorização e reconhecimento das ações geradas pelas trabalhadoras do cuidado impossibilitam que o sistema produtivo incorpore tal valor.

Trabalhadoras domésticas (cozinheira, faxineira, babá), da educação (professora, creche) e da saúde (enfermeira, fisioterapeuta) seguem lutando por condições de trabalho decentes, com instrumentos adequados, registro na Carteira de

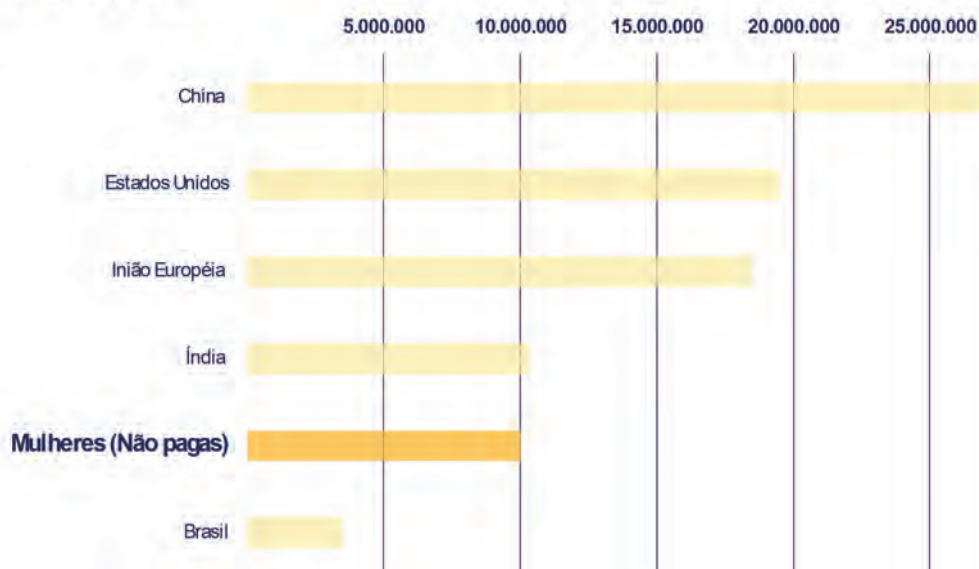
Trabalho (piso salarial, FGTS) e direito à aposentadoria (INSS). Na pandemia, esses trabalhos foram considerados essenciais e, não à toa, sustentaram o funcionamento dos demais setores econômicos.

Segundo estudos da Think Olga, 93% das trabalhadoras domésticas da América Latina são mulheres. Durante a pandemia, 58% das mulheres que ficaram desempregadas no Brasil são negras e 47,8% das mulheres negras têm trabalho informal. Isso mostra outro fator importante: a Economia do Cuidado tem gênero e raça (mulheres e negras) no Brasil.

Com base no Censo 2022, a população idosa brasileira (65+) cresceu 57,4% em 12 anos. O índice de envelhecimento aponta que há 80 idosos (60+) para cada 100 crianças (de 0 a 14 anos). Essa população demanda cuidados específicos e profissionais qualificados, cujo tempo de trabalho se equipara à jornada de um empregado CLT (40 horas semanais).



Produção total (PIB/PPC)



Considerando o cenário demográfico e as condições do mercado de trabalho brasileiro, percebe-se que há uma oportunidade de incluir serviços e trabalhos de cuidados na economia, visando melhor atender e remunerar a demanda que já existe e preparar a ampliação da base produtiva, cuja tendência é crescer para atender a demanda futura.

Para tanto, serão necessários preparo e qualificação das trabalhadoras e cuidadoras, bem como uma regulação capaz de fomentar o mercado em condições dignas, acessíveis, éticas e democráticas.

Se o sistema econômico não abarcar esta demanda, isso acarretará distorções e vulnerabilidades ainda maiores para as mulheres, com sobrecarga e aumento das desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

O Estado tem um papel primordial na incorporação do trabalho do cuidado no sistema produtivo. Ao reconhecer a relevância e o impacto que este trabalho gera para a sociedade, o poder público pode implementar políticas públicas e legislar sobre a matéria para garantir direitos e remuneração adequada às trabalhadoras do setor.

Concretamente, países como Uruguai e Argentina possuem leis e políticas nacionais de cuidados que regulamentam atividades de cuidados e a prestação de serviços públicos e privados do setor, garantindo que trabalhadoras e cuidadoras

tenham seus direitos reconhecidos e que os cidadãos tenham respaldo no acesso aos serviços.

Inspirado nos países vizinhos, está tramitando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 2647/2021, que visa reconhecer o cuidado materno enquanto tempo de serviço para fins de aposentadoria das mães com menos de 15 anos de contribuição para a previdência, já que muitas delas abdicaram de suas carreiras profissionais para se dedicar aos cuidados.

Em 2023, o Governo Federal brasileiro anunciou a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial responsável por elaborar a primeira norma nacional (política e plano de ação), com previsão de lançamento da Política Nacional de Cuidados no primeiro semestre de 2024.

Com isso, o Estado estabelece parâmetros e regulamentos importantes para a estruturação de serviços de cuidados que atendam as demandas da população brasileira, gerando oportunidades reais de incorporar o valor do trabalho de cuidado no PIB do país.

A Economia do Cuidado é um caminho viável que melhora as condições das mulheres no mercado de trabalho e contribui significativamente para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. E o mais importante: que todo o potencial do trabalho feminino seja incluído no âmbito produtivo, sem que elas precisem se sacrificar para atender às expectativas do mercado.

Indicações de vídeos e textos complementares

Vídeo “Laboratório Think Olga | Economia Do Cuidado”, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=2oN_anHOEaM&t=58s

Vídeo “Economy is Care”, disponível em <https://www.economy-is-care.com> (by <https://www.in-apraetorius.ch>)

Vídeo do Giro Econômico sobre Economia do Cuidado na América Latina, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AvqHfq9nwGQ>

Vídeo do Giro Econômico sobre Empreendedorismo Feminino e Economia do Cuidado, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WoZjiRBR9dk>

Matéria “Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos”, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=Considerando%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20idosos,de%200%20a%2014%20anos.>

IPEA Relatório de pesquisa “Economia dos Cuidados: Marco Teórico-Conceitual”, disponível https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/20161107_relatorio_economiaoscuidados.pdf

Think Olga, Relatório Final “Economia do Cuidado”, disponível em <https://lab.thinkolga.com/relatorio-final-economia-do-cuidado/>

PL aposentadoria pelo cuidado materno

<https://www.camara.leg.br/noticias/1032113-comissao-aprova-projeto-que-facilita-aposentadoria-por-idade-para-maes#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Previd%C3%Aancia%20Assist%C3%Aancia,atingido%2015%20anos%20de%20contribui%C3%A7%C3%A3o.>

Criação do GTI de Cuidados para formular a Política Nacional de Cuidados

<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-lanca-grupo-de-trabalho-para-elaboracao-da-politica-nacional-de-cuidados>



Lia Lopes

Economista, especialista em Gestão Pública Legislativa, consultora em finanças e projetos da ConsultD&L. Comentarista do Jornal da Cultura e do Giro Econômico da TV Cultura. Membro da Comissão de Equidade Racial do Corecon-SP.

Perspectivas para a geração de
emprego no Brasil:

as profissões do futuro

(e o futuro das mulheres)

POR ALANNA SANTOS DE OLIVEIRA



Embora o mês de março se revele oportuno para se tratar do tema das desigualdades de gênero e o mercado de trabalho configure uma das esferas privilegiadas para realização dessa discussão, a verdade é que as transformações céleres no mundo laborativo expõem e reafirmam, diariamente, a necessidade de análises com esse recorte. As mudanças delatadas por fatores como o rápido avanço digital, a automação e a plataformização do trabalho colocam em perspectiva o debate sobre as novas características e limitações da geração de emprego; tópico ainda mais delicado em países como o Brasil, cujo histórico de conformação do mercado de trabalho – marcado por elevada heterogeneidade estrutural e informalidade (BARBOSA, 2008) – adiciona elementos mais complexos à equação.

Sem pretender pormenorizar a discussão acerca da substituição do trabalhador pela máquina, faz-se necessário reconhecer a existência de “profissões do futuro” (SCHWAB, 2016), ou seja, de ocupações que já têm experimentado ascensão

na demanda por trabalhadores e, em especial, nas quais se percebem maiores remunerações. Quando se analisa a geração de emprego por essa perspectiva ocupacional, ou seja, levando-se em conta o maior potencial de criação de vagas e melhores salários por determinadas atividades, necessita-se, ainda, problematizar com maior afincamento a questão de gênero.

Apesar do avanço da participação feminina no mercado de trabalho formal (e informal), as segregações horizontais (dificuldade de inserção das mulheres em determinadas áreas) e verticais (limitação do acesso feminino a dados cargos) persistem, atestando a reprodução das desigualdades no tecido social e econômico, no Brasil e no mundo (WEF, 2023a). Atividades ligadas às ciências (sobretudo da computação), matemática e engenharias, por exemplo, constituem nichos que respondem por uma demanda ascendente de profissionais no marco da Revolução 4.0. Por outro lado, as projeções também apontam para a menor probabilidade de substituição pela máquina em funções intrinsecamente humanas, relacionadas

às artes, à comunicação e ao cuidado mental e físico, requerendo, portanto, uma outra gama de habilidades e competências (SCHWAB. 2016; WEF, 2023b). Dada a persistência de segregações setoriais, como mencionado, torna-se salutar analisar como se encontra a presença feminina nesse cenário de projeções acerca dos empregos no futuro próximo.

A Tabela 1 apresenta as participações feminina e masculina, no Brasil em algumas das ocupações mais e menos propensas à automação segundo Frey e Osborne (2013). Com relação às que apresentam maior chance de substituição, as mulheres respondem por maior parcela dos empregados em três das sete famílias de ocupação analisadas. Contudo, quando se leva em consideração o conjunto das sete ocupações, o sexo feminino representa cerca de 62%, uma vez que as atividades ligadas ao telemarketing e aos serviços administrativos respondem por elevado estoque de mão de obra empregada no país e, nestas ocupações, as mulheres são predominantes.

Da mesma forma, com relação às profissões menos propensas à automação, novamente as mulheres apresentam participação predominante em três das sete famílias de ocupação e, à semelhança do que foi anteriormente notado, essas respondem por um total de emprego relativamente elevado, o que faz com que, no conjunto das ocupações analisadas, o sexo feminino se apresente, mais uma vez, como maioria (aproximadamente 63%).

Tabela 1:
Participação, segundo sexo, nas ocupações mais e menos propensas à automação, Brasil, 2021

Ocupações MAIS propensas à substituição pela máquina						
Ocupação	Feminino		Masculino		Total	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Corretores de Imóveis	1.704	48,53	1.807	51,47	3.511	100
Árbitros Desportivos	61	16,27	314	83,73	375	100
Escriturários, auxiliares e assistentes administ	2.701.928	63,26	1.569.496	36,74	4.271.424	100
Operadores de Telemarketing	393.040	74,46	134.844	25,54	527.884	100
Responsáveis por cálculos fiscais*	10.734	41,93	14.865	58,07	25.599	100
Técnicos, analistas e corretores de seguros	23.594	51,3	22.399	48,7	45.993	100
Trabalhadores agrícolas	48.696	16,74	242.228	83,26	290.924	100
Total	3.179.757	61,6	1.985.953	38,4	5.165.710	100
Ocupações MENOS propensas à substituição pela máquina						
Ocupação	Feminino		Masculino		Total	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Analistas de sistemas de automação	1.793	18,2	8.060	81,8	9.853	100
Engenheiros navais	157	16,41	800	83,59	957	100
Antropólogos	107	46,72	122	53,28	229	100
Assistentes sociais	75.814	92,64	6.027	7,36	81.841	100
Médicos clínicos	115.705	50,15	115.020	49,85	230.725	100
Médicos com especialidade cirúrgica	9.343	38,55	14.891	61,45	24.234	100
Psicólogos e Psicanalistas	60.726	85,08	10.646	14,92	71.372	100
Total	263.645	62,89	155.566	37,11	419.211	100

Fonte: Rais, MTE. Elaboração da autora.e Congresso Nacional



A maior parte das profissões elencadas como ascendentes pelo relatório estão relacionadas à tecnologia da informação, às engenharias e a cargos de gerência. Nesse sentido, a segregação setorial desfavorece às mulheres, visto que nessas atividades sua participação é historicamente diminuta."

Portanto, os dados mostram que as mulheres compõem a maioria, tanto no conjunto das ocupações mais propensas à automação quanto no das menos propensas. Adicionalmente, é relevante apontar que as informações evidenciam o que previamente denominou-se de segregação horizontal, ou seja, uma espécie de concentração em determinadas atividades, e que deriva da existência de papéis de gênero. Em geral, a presença feminina historicamente encontra-se relacionada às atividades de cuidado, tipicamente percebidas como feminilizadas, a exemplo das relativas à saúde, à gestão de recursos humanos e ao ensino.

Outro ponto importante a ser observado é que há uma tendência generalizada de subvalorização das atividades dominadas por mulheres, tradicionalmente ligadas ao cuidado, e que requerem competências relacionadas às habilidades sociais e cognitivas (ABREU et al, 2016). "Uma questão-chave aqui é o retorno relativo sobre o tempo e esforços investidos às funções que exigem diferentes habilidades técnicas, pois há um risco de que os serviços pessoais e outras categorias de trabalho atualmente dominados por mulheres continuarão sendo desvalorizados" (SCHWAB, 2016, p. 50).

Prosseguindo com a reflexão acerca das perspectivas futuras para as distintas profissões, o "Future of Jobs Report – 2023" (WEF, 2023b) promove uma análise do movimento e rotatividade do mercado de trabalho, sob égide das transformações tecnológicas. O relatório estima que entre 2023 e 2027, 83 milhões de empregos serão perdidos no mundo, ao passo que 69 milhões

terão sido criados, resultando numa perda global de 14 milhões de ocupações. Também são expostas algumas das profissões em ascendência e, de outro lado, das que se encontram em declínio.

É difícil compatibilizar as ocupações listadas no referido relatório com as que se encontram disponíveis na Classificação Brasileira das Ocupações (2002), tendo em vista que algumas nem sequer existiam quando da criação dessa classificação. Mas, para a análise pretendida, foi realizada uma tentativa de obter uma aproximação de tais profissões (seja pela categorização de "família de ocupações", ou por outra mais detalhada, que corresponde a de "ocupações") a fim de se avaliar como se encontra a representação feminina dentro dessas no Brasil.

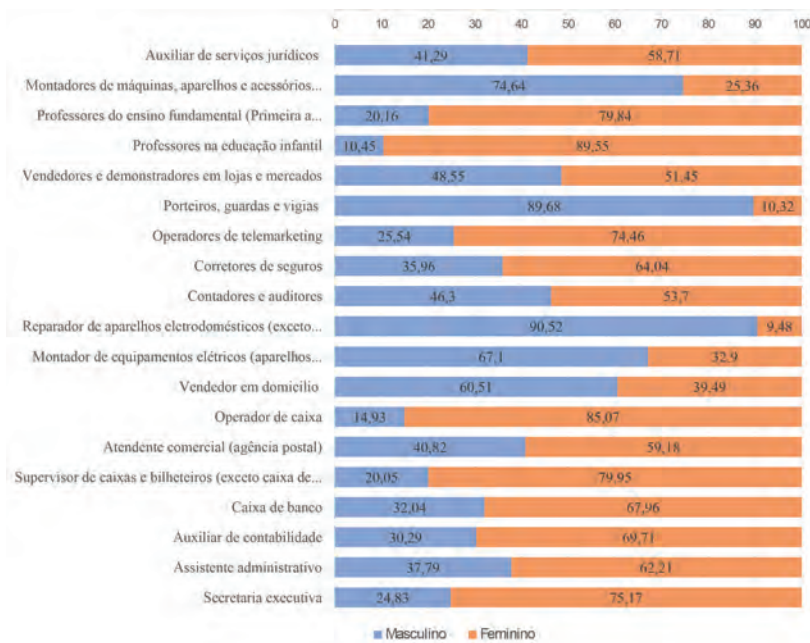
A maior parte das profissões elencadas como ascendentes pelo relatório estão relacionadas à tecnologia da informação, às engenharias e aos cargos de gerência. Nesse sentido, a segregação setorial desfavorece as mulheres, visto que nessas atividades sua participação é historicamente diminuta (WEF, 2023a), e os dados da Rais de 2021 permitem atestar a persistência dessa representação minoritária (embora possivelmente tenha melhorado ao longo do tempo, o que não constituiu objeto desta análise, em razão de limitações de espaço).

O Gráfico 1 mostra que apenas nas ocupações de "professores da educação especial", "professores do ensino superior" e "gerente de marketing", as mulheres compuseram maioria entre os empregados. Também cumpre destacar que, em pelo menos nove ocupações, a participação

masculina excedeu 80% do estoque de emprego, o que delata uma presença extremamente diminuta de mulheres em profissões consideradas de crescente demanda no mercado de trabalho.

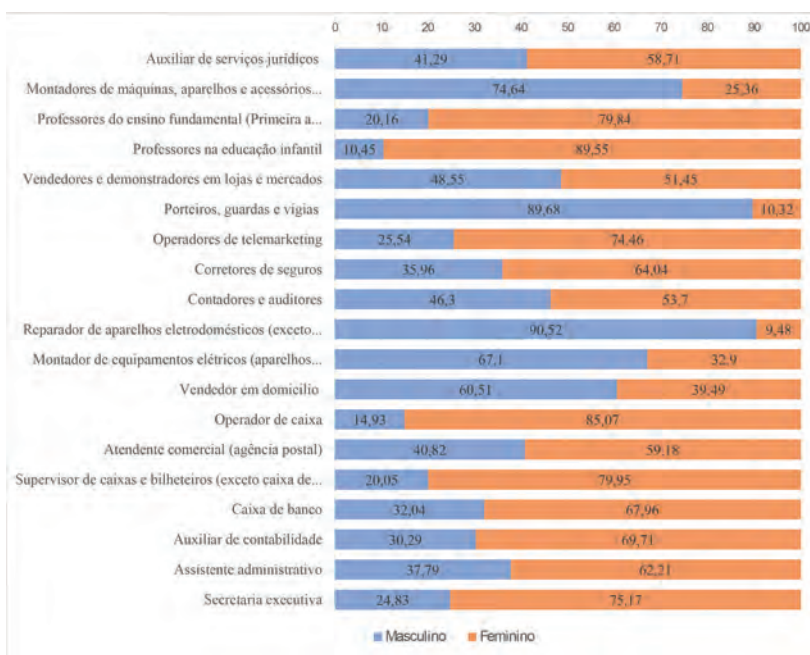
Já o Gráfico 2 apresenta as participações, segundo o sexo, nas ocupações consideradas em declínio. Neste caso, as mulheres compõem a maioria na maior parte delas, o que certamente agrava as constatações anteriores, visto que elas representaram menor parcela da mão de obra empregada nas profissões de demanda crescente por trabalhadores.

Gráfico 1
Participação, segundo o sexo, nas ocupações em ASCENSÃO, Brasil, 2021 (%)



Fonte: Rais, MTE. Elaboração da autora.

Gráfico 2
Participação, segundo o sexo, nas ocupações em DECLÍNIO, Brasil, 2021 (%)



Fonte: Rais, MTE. Elaboração da autora.

As informações analisadas desvelam uma situação desfavorável para as trabalhadoras brasileiras no que diz respeito às perspectivas futuras para o mercado de trabalho, e esse resultado possivelmente guarda relação com a reprodução de papéis de gênero que se somatizam no delineamento de segregações setoriais. Esse

tipo de análise certamente se valeria muito da contribuição de estudos que perpassem o recorte racial; que abarquem a questão das desigualdades salariais; e que tragam à tona a problemática da segregação vertical. Pensar as profissões do futuro requer também pensar o lugar reservado às mulheres.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alice Rangel de Paiva et al. Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, A. F. A formação do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

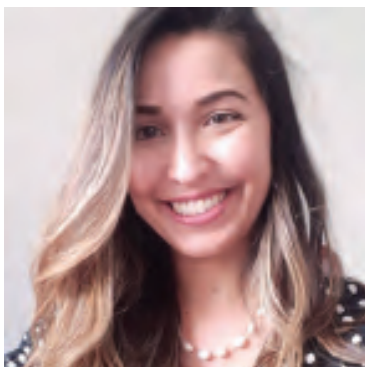
FREY, K.B; OSBORNE, M. The Future of Employment: How susceptible are jobs to computerisation? Oxford, 2013.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>

SCHWAB, K. A quarta revolução industrial. World Economic Forum. 2016.

WEF 2023a - WORLD ECONOMIC FORUM, Global Gender Gap Report. World Economic Forum, 2023.

WEF 2023b - WORLD ECONOMIC FORUM, Future of Jobs Report. World Economic Forum, 2023.



Alanna Santos de Oliveira

Economista, com doutorado em Economia na linha de desenvolvimento e políticas públicas, pela Universidade Federal de Uberlândia. Atua como pesquisadora do Observatório do Mercado de Trabalho no Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU. Realiza pesquisa nas linhas de desenvolvimento, mercado de trabalho e desigualdades de gênero.

A economia é uma ciência androcêntrica

POR KELLEN BRITO



Enquanto pesquisadora em Economia Feminista e docente de um curso de Ciências Econômicas, o ensino de economia e gênero apresenta dois pontos nevrálgicos: 1) a própria questão de gênero do curso de Ciências Econômicas em uma sociedade masculinista; e 2) a aplicação de um olhar de gênero no ensino do conteúdo da economia.

O primeiro ponto diz respeito à participação das mulheres em cursos de economia. Na Universidade Federal do Piauí, onde sou docente com dedicação exclusiva desde 2016, um padrão vem se repetindo nos últimos anos: dois terços dos discentes são homens, enquanto apenas um terço é composto de mulheres.

Dada essa distribuição, entendo haver fatores que afetam o processo de escolha do curso de economia por mulheres. A associação das ciências econômicas à matemática e às finanças é um deles. A sociedade como um todo, endossada pela própria ciência econômica, diga-se de passagem, inculca nas mulheres uma dita inabilidade para lógica e matemática, minando a confiança delas em conquistar competências plenamente adquiríveis por qualquer ser humano.

Com relação ao mercado financeiro, outra ideia comumente difundida é de que mulheres não teriam perfil para atuar nesse setor, caracterizado como



O padrão cisgênero e heteronormativo da nossa sociedade a impede de valorizar as pessoas apenas por serem pessoas, sem funções, sem adendos, sem adjetivos."

competitivo, hostil e agressivo. Tal ambiente não seria compatível com as tão elevadas características ditas femininas de cooperação, amabilidade e compaixão (basta dar um Google na expressão "características femininas" para verificar).

Contudo, o que primeiro deveria ser esclarecido é que a ciência econômica não é apenas matemática e mercado financeiro. É claro que isso não deveria impedir mulheres de escolher a economia como área de estudo e profissão, já que mesmo que assim fosse, temos total possibilidade de exercê-las. Mas a economia é muito mais que modelos econométricos, bolsas de valores e títulos públicos. Enquanto o sistema continuar inculcando nas mulheres, desde meninas, que seus cérebros não são suficientemente lógicos e matemáticos, cabe à própria economia se fazer mais ampla aos olhos do público, de modo a abarcar homens e mulheres com as mais variadas habilidades, para fazer jus ao seu autoconceito de "ciência plural".

Na outra via desta "mão dupla", entendo também que o fato de a sociedade imputar às mulheres o trabalho de cuidados e as características necessárias à realização desse trabalho, muitas mulheres optam por cursos superiores que coadunem com essas "competências naturais": enfermagem, pedagogia, serviço social, entre outros. Cursos compostos, senão em sua totalidade, em imensa maioria por mulheres.

Essa segregação das ocupações no mercado de trabalho (e dos cursos de graduação) é explicada

pela divisão sexual do trabalho. As autoras Helena Hirata e Danièle Kergoat chamam esse processo de segregação horizontal: existem na sociedade ocupações tidas como masculinas e ocupações tidas como femininas, que seguem uma lógica de atribuição a partir de características e habilidades "inatas" de homens e mulheres.

Se o processo de escolha do curso de economia por mulheres é afetado por essas questões sistêmicas que são tão profundas quanto antigas, o problema da permanência no curso já levanta questões diversas. Além das reduzidas políticas de permanência promovidas por universidades públicas do Brasil (baixo número de creches e berçários, auxílio creche com valores defasados e regime especial de aulas incompatível com o tempo de amamentação) que afetam todas as mulheres em todos os cursos de graduação, no caso de ciências econômicas tem-se um adicional: é rara a utilização de mulheres economistas como bibliografia do curso.

Raríssimas exceções, a bibliografia dos cursos de ciências econômicas se mostra exclusivamente compostas por autores homens. As poucas mulheres presentes normalmente são Joan Robinson, que escreveu sobre mercados de concorrência imperfeita; e Maria da Conceição Tavares, estudiosa do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Recentemente, foram adicionadas a essa lista Elinor Ostrom e Esther Duflo, as duas primeiras mulheres vencedoras



do Prêmio Nobel de Economia, em 2009 e 2019, respectivamente. Enquanto Ostrom estudou questões relativas à gestão comunal e impactos ambientais e econômicos, Duflo estuda a questão da pobreza e desenvolvimento econômico.

O que se pode observar é que as poucas mulheres estudadas com mais frequência na ciência econômica não direcionaram suas pesquisas e escritos para a situação das mulheres na economia. A ganhadora do Nobel de Economia de 2023, Claudia Goldin, foi a primeira a ganhar o prêmio com um estudo sobre as diferenças salariais entre homens e mulheres nos Estados Unidos.

Contudo, esse estudo não é, nem de longe, pioneiro. A pesquisadora Lana Dalley reuniu mais de uma centena de escritos de mulheres do século XIX sobre economia e gênero, publicados em jornais e revistas, em quatro volumes do seu livro “Women’s Economic Writing in the Nineteenth Century” (Escritos econômicos de mulheres no século XIX, tradução livre). Os textos variam de trabalho doméstico, cuidados com filhos e necessidade de trabalho profissional, papel na indústria, remuneração das mulheres pretas, entre

outros. A variedade é enorme. Nunca li nada do tipo na graduação e acredito que a imensa maioria dos discentes do curso de ciências econômicas também não.

Portanto, não é ausência de produção textual das mulheres, tampouco falta de participação ativa delas na compreensão da economia. A ciência econômica tradicional, tal qual a conhecemos ainda hoje, foi formada muito mais pelo pensamento e menos pela ação. Pensada e estudada por homens, em um mundo dominado por homens, que a compreendem com olhar de homens, a economia é uma ciência androcêntrica.

Daqui parto para o segundo ponto: o ensino da economia com olhar de gênero. Mais especificamente, o ensino da economia feminista, que difere da economia de gênero por se negar a utilizar o arcabouço teórico, metodológico e instrumental da ciência econômica tradicional (a recente ganhadora do Nobel, Claudia Goldin, é mais associada a essa vertente).

A economia feminista busca retirar o androcentrismo da nossa ciência, ampliando a compreensão e objetividade ao inserir a existência

das mulheres e vários outros grupos sociais. Ao destacar a segregação e hierarquização no mercado de trabalho, pode-se entender que não há racionalidade neutra no fazer econômico: as pessoas, os agentes econômicos, estão permeados por seus preconceitos, limitações e crenças que afetam diretamente suas escolhas.

A política de cotas permitiu o acesso à universidade a vários grupos sociais que trouxeram consigo o ímpeto de pesquisar suas próprias existências, experiências e lugares. Cada dia mais sabemos o comportamento do mercado em relação às mulheres, às pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, e principalmente, sabemos como essas “condições de existência” na nossa sociedade se interligam para formar opressões ainda mais complexas (uma mulher branca não vivencia a mesma opressão sistêmica de uma mulher preta, por exemplo).

Foi nesse sentido que o ensino da economia feminista me levou a questionar a ausência de políticas de cotas para pessoas T (transgênero, transsexuais e travestis). Se hoje nos deparamos com inúmeros trabalhos de conclusão de curso que alertam para o funcionamento do sistema econômico e social em relação à população negra, isso se deve à presença dessas pessoas dentro da academia, fazendo ciência.

O mesmo não pode ser dito em relação à população T, que além de sofrer com o preconceito e a discriminação, se vê com reduzidas oportunidades de estudo e emprego. Se lembrarmos que mulheres trans têm expectativa de vida de 35 anos no Brasil,

enquanto para mulheres cisgênero ela é de 80 anos, percebemos que não é só de oportunidade de estudo e trabalho que essa população é privada.

Inspirada por Robert Kurz em seu texto “Seres humanos não rentáveis”, aponto que nossa sociedade não “encontra” valor social para as mulheres trans: enquanto mulheres cis são imbuídas das funções de gestar, parir, cuidar, educar, realizar todas as atividades domésticas e pacificar os ímpetos dos homens por meio do “amor” (aqui me inspiro em Rositha Scholz), as mulheres trans não poderiam realizar tais funções. O padrão cisgênero e heteronormativo da nossa sociedade a impede de valorizar as pessoas apenas por serem pessoas, sem funções, sem adendos, sem adjetivos.

Portanto, convoco os economistas a olhar a economia com o olhar ampliado, considerando a existência de todos os grupos sociais que tanto são prejudicados por continuarmos a tratar a ciência econômica tradicional como neutra e racional. Só assim podemos parar de acreditar que os salários derivam apenas da produtividade, que mulheres têm preferência pelo trabalho doméstico ao invés do profissional, e principalmente, para compreendermos que as políticas econômicas afetam de maneira diferente os diversos grupos populacionais, principalmente quando são criadas para serem “gênero neutras”, tais como as políticas fiscal, tributária e previdenciária.

Urge ensinar a economia com olhar de gênero. Urge fazer a economia com olhar de gênero.



Kellen Brito

Economista e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora e extensionista em Economia Feminista e professora do Departamento de Ciências Econômicas pela mesma instituição. Membro da Rede Brasileira de Economia Feminista.



Desafios e conquistas

A jornada de uma economista além dos padrões

SHIRLEY BASILIO

Quando nos deparamos com o universo dos economistas, é comum pensarmos em figuras masculinas que moldaram o campo ao longo da história. De acordo com a pesquisa do professor Francis Petterini, em 2020, 67,9% daqueles que se candidataram a um programa de pós-graduação em economia eram homens e 60% dos candidatos eram brancos. Corrobora para esta percepção geral o relatório da Associação Econômica Latino-Americana e Caribenha (Lacea, 2023) que mostra que, no Brasil, apenas 36% dos alunos de graduação são mulheres, caindo para 23% em programas de mestrado. Temos ainda um levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, que aponta que apenas 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força de trabalho formal no país, contra 73,7% dos homens.

Aqui estamos avaliando o mercado de trabalho de forma geral. Quanto mais apontamos a lupa para as cadeiras de lideranças, maior fica a discrepância entre gêneros. As estatísticas constataam o que observamos na prática: dados apresentados no “Panorama Mulheres 2023”, estudo realizado pelo Insper e Talenses Group no Brasil, mostram que apenas 17% dos cargos de CEO são ocupados por mulheres, o que se refere a diretoras, vice-presidentes e membros de conselhos. Se o exercício for ampliado para um olhar racializado, os números chegam a ser constrangedores: das mulheres nos cargos de CEO, 75% são brancas e 18% são pardas/negras.

O desafio de tratarmos a pauta da diversidade, tanto de gênero quanto a racial, surge não como um assunto da moda ou que tenha seu impacto passageiro, mas como uma mudança estrutural de médio e longo prazo, visto que o cenário atual também não foi construído de um dia para o outro.

Permitam-me contar um pouco da minha própria história - enxergada por muitos como a exceção que confirma a regra. Sou mulher negra, executiva, mãe, esposa, filha - a segunda entre 8 irmãos. Iniciei minha trajetória profissional aos 14 anos e me formei economista numa época em que ter o diploma universitário ainda era raro, principalmente por ter escolhido uma carreira majoritariamente masculina e predominantemente branca.



O desafio de tratarmos a pauta da diversidade, tanto de gênero quanto a racial, surge não como um assunto da moda ou que tenha seu impacto passageiro, mas como uma mudança estrutural de médio e longo prazo, visto que o cenário atual também não foi construído de um dia para o outro."

Apreendi, ao longo de mais de quatro décadas de trajetória profissional exclusivamente dedicada a um dos grupos empresariais mais bem sucedidos da economia brasileira, a transformar os desafios em oportunidades, superar barreiras e usar a sabedoria acumulada para impactar positivamente as empresas desse grupo econômico, pelas quais tive o privilégio de transitar.

Vale destacar que o grupo possui uma estrutura de gestão familiar e, como acontece na maioria das grandes empresas, tem uma presença altamente masculinizada em suas mesas de reuniões. Mesmo neste cenário, pude criar meus três filhos, o que se mostra, atualmente, uma exceção dentro da realidade de muitas mulheres, que se veem "obrigadas" a escolher entre carreira e família - um dilema que não deveria existir e que, normalmente, não tem impacto nas decisões da grande maioria das lideranças masculinas.

Orgulho-me e celebro muito esta minha trajetória, não apenas por ser uma conquista pessoal, mas sim um passo dado em direção à desconstrução de estereótipos arraigados, por poder abrir portas para que outras mulheres, especialmente, mulheres negras, também possam seguir seus sonhos. Cada projeto, cada decisão tomada em salas de reuniões, me trazia o peso da responsabilidade de representar não apenas a mim mesma, mas toda uma comunidade que anseia por igualdade de oportunidades.

Aprofundando-se na carreira de economista aqui no Brasil, a questão de gênero transcende o simples acesso às oportunidades; ela se estende à conquista de posições de liderança e ao reconhecimento pleno do valor intelectual feminino, a despeito de situações mais corriqueiras do que esperamos, como o enfrentamento a diversos modos de assédios, remuneração e oportunidades de planos de carreiras desiguais.

Diversidade deve ser a norma e não a exceção. Ser diverso é a base da nossa sociedade, um alicerce da própria humanidade. Padrões são muito válidos quando tratamos de números, fórmulas matemáticas, cálculos. Quando tratamos de pessoas, as diferenças enriquecem as experiências compartilhadas. Encorajo todas as mulheres, em especial, a mulher negra, a não apenas buscar espaço, mas a criar espaços nos quais suas vozes e ideias sejam ouvidas e valorizadas. Em razão disto, cito referências como: Jandaraci Araújo (conselheira fiscal, co-fundadora Conselheiras101), Rachel Maia (empresária e conselheira adm. Vale), Viviane Elias Moreira (especialista em gestão de risco, crises e continuidade de negócios, certificada pelo British Standards Institution), Monica Marcondes (economista, executiva do Banco Santander, integra a diretoria-executiva do Instituto Adus), desejando que sejam cada vez mais comuns dentro dos boards de decisão das grandes empresas.

Enalteço aqui o Cofecon e Corecon-SP,



Isso só enriquece minha percepção pessoal de que a representatividade importa, sendo esta uma responsabilidade que abraço com orgulho, pois além de me proporcionar oportunidades de catalisar mudanças estruturais, permite que eu tenha uma voz ativa na construção de políticas econômicas e incentive outras mulheres por meio da minha história pessoal. À medida que as mulheres enfrentam os desafios que lhes são impostos, são também arquitetas do futuro, moldando a nossa profissão de economista, tornando-a verdadeiramente diversificada, inclusiva e, acima de tudo, igualitária.

Para as colegas jovens economistas, diria que a experiência não é apenas um número; é uma fonte inestimável de sabedoria e discernimento. Compreender a interconexão entre a história, a economia e a cultura é uma vantagem única que os anos proporcionam. Incentivo todos a valorizar a riqueza que a diversidade de experiência pode trazer para qualquer profissão.

Nossa luta por equidade e inclusão continua. É uma luta extensa, árdua e única, mas as conquistas se tornam ainda mais honrosas, significativas e belas quando compartilhadas por todas e todos, mulheres e homens. A cada dia, vejo um horizonte mais promissor para as futuras gerações. Minha experiência não é apenas pessoal; é uma contribuição para um legado que, espero, inspire e pavimente caminhos para outras que virão. A jornada está longe de terminar e me mantenho comprometida em ser uma voz ativa na busca por uma construção de um futuro mais justo e diversificado, principalmente em nossa profissão de economista.

comprometidos com a diversidade e a equidade de gênero e racial, por meio de suas Comissões Temáticas e Fóruns de Discussão e Ação, instituindo, em especial, a Comissão da Mulher Economista e a Comissão de Promoção da Equidade Racial, nas quais contribuo como membro e conselheira suplente.

É bastante animador ver, além dos debates nas grandes empresas do país, que políticas públicas estão sendo implementadas em prol de um maior incentivo à diversidade e inclusão tanto na esfera pública quanto privada.

O presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, em seu atual mandato, anunciou políticas com ações específicas para os negros e negras do país, criando o Ministério da Igualdade Racial, alterando o Estatuto da Igualdade Racial e, sobretudo, sancionando a Lei 14.611/2023, que estabelece a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, obrigatória em casos de trabalho que tenha igual valor ou no exercício de mesma função.



Shirley Basilio

Economista com MBA em Gestão de Negócios Bancários (FAAP) e Gestão Empresarial (FGV). Coursou Governança Corporativa (IBGC) e Gestão de Riscos e Auditoria em Compliance (FIA Business School). Mais recentemente cursou Introdução à Avaliação de Empresas (FGV OnLine). Tem experiência nas áreas financeira, controladoria e governança corporativa. É consultora financeira independente e conselheira regional (Corecon-SP).



Garra, ousadia e inclusão

Conheça a história de Thiago da Costa, primeiro estudante com paralisia cerebral a se formar no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora

POR COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Em diversas universidades de todo o Brasil, muitos estudantes ingressam no curso de Ciências Econômicas todos os anos sonhando em se tornarem economistas. Em 2013, na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, Thiago da Costa foi um deles – mas sua história é diferente de todas as outras. Ele sofre de paralisia cerebral, o que lhe causa diversas dificuldades na locomoção, na coordenação motora fina e em uma série de ações cotidianas – como escrever. A parte cognitiva, entretanto, não foi afetada – o que quer dizer que ele tem plena compreensão de tudo.



Inicialmente, Thiago sonhava em ser jornalista. “Sempre fui bastante antenado com conhecimentos gerais e gosto muito de comunicar, de dar opinião. Mas a minha limitação na fala dificultou, e comecei a pesquisar um curso que fosse próximo e interessante”, conta. “Comecei a perceber vários economistas dando entrevistas nos jornais, fazendo comentários e trabalhando com conjuntura econômica. Por isso, decidi estudar Ciências Econômicas”.

O jovem mineiro entrou no curso com duas ideias em mente: atuar no mercado financeiro e em ser comentarista econômico. Entretanto, no começo, teve muita dificuldade. “Minha jornada foi bastante desafiadora desde o início. Mas, na minha caminhada, conforme me dedicava ao curso, percebi o que eu poderia fazer com ousadia e inclusão”, afirma. “Foi um processo de bastante persistência cursar esta graduação”.

Enquanto ele cursava Ciências Econômicas, a Universidade criou o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI). Vinculado à Diretoria de Ações Afirmativas, o NAI tem o objetivo de criar políticas para pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação, tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação. As políticas buscam garantir que os estudantes permaneçam na instituição.

Foi por meio do NAI que, em 2019, o estudante conheceu André Sobrinho, mestrando em Economia que atua como monitor voluntário. Ele se tornou um apoio fundamental, desenvolvendo metodologias que se adaptassem à necessidade e ao processo de aprendizagem – o que ajudou a melhorar o desempenho acadêmico de Thiago.

“Os momentos mais importantes foram quando conheci o André e o professor Alexandre Zanine, e a implementação do NAI, que não existia antes”, explica Thiago. “Não existe nada como a convivência no processo de sensibilização das pessoas em relação à inclusão, tanto nos aspectos sociais quanto para levar o assunto para dentro da comunidade acadêmica”.

Durante a pandemia ele criou o perfil @economia_inclusiva no Instagram, que se tornou um espaço para expor suas reflexões sobre economia e inclusão e, inclusive, foi tema do trabalho de conclusão de curso de Thiago. Ele foi orientado pela professora Laura Schiavon, especialista em avaliação de impacto e desenvolvimento econômico. “O Instagram me proporciona uma interação maior com o público para poder trabalhar com a inclusão”, conta o economista.



Minha jornada foi bastante desafiadora desde o início. Mas, na minha caminhada, conforme me dedicava ao curso, percebi o que eu poderia fazer com ousadia e inclusão”.

Thiago precisou de dez anos para concluir o curso, graduando-se ao final de 2022, e é economista, com o devido registro no Conselho Regional de Economia. “Ele escreveu uma história de superação e conquistas ao se tornar o primeiro aluno com paralisia cerebral a se formar na Faculdade de Economia da UFJF”, expressou a presidente do Corecon-MG, Valquíria Assis. “É crucial continuar oferecendo apoio a Thiago em sua jornada profissional, reconhecendo a importância da inclusão e diversidade no mercado de trabalho para economistas”.

“Sua conquista pioneira não apenas quebra barreiras, mas inspira outros a perseguirem seus sonhos. Enriquece a força de trabalho com diferentes perspectivas e promove a equidade e a justiça social”, continua Valquíria. “Seu registro como economista é motivo de grande alegria, representando não apenas uma conquista pessoal, mas um passo significativo em direção à inclusão e diversidade. O Corecon-MG celebra com entusiasmo o sucesso de Thiago, reconhecendo-o como um profissional valioso e inspirador”.

Thiago sonha em trabalhar na área de consultoria econômica voltada à inclusão e já realizou palestras sobre avaliação de impacto econômico inclusivo e políticas públicas. “Me

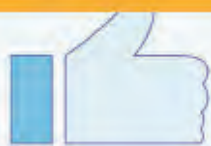


sinto orgulhoso de saber que a formação que eu escolhi para trabalhar pode ajudar ou até mesmo transformar a maneira de compreender o sistema capitalista, que infelizmente acaba excluindo as pessoas – mas, na minha concepção de economista, podemos mudar isso”, comenta Thiago.

Além do projeto de consultoria, Thiago também está organizando treinamentos e cursos de planejamento estratégico para promover a inclusão econômica. “O intuito do meu trabalho é combater o capacitismo estrutural que impacta negativamente a economia e gerar uma discussão sobre a importância da inclusão no desenvolvimento econômico, que é a oitava meta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, finaliza Thiago.



Às sextas-feiras chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.



Assine agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!





República do capital: capitalismo e processo político no Brasil é uma análise cuidadosa e multidisciplinar da história política e econômica do Brasil do final do século XIX até os dias atuais. A obra do cientista político Décio Saes ganha uma nova edição revista e ampliada, com a adição de seis novos textos.

O caráter da revolução política burguesa no Brasil, a natureza e as mudanças das formas de Estado e de regime político no país, o papel do Estado e dos conflitos de classes no processo político nacional em diferentes contextos históricos, abrangendo desde a conjuntura da transição do escravismo moderno para o capitalismo até os governos neoliberais dos anos 1990 são alguns dos temas tratados na obra. A originalidade deste

trabalho de Décio Saes está em vincular política e economia num livro provocante, que nos ajuda a entender a formação daquela que Lima Barreto um dia definiu como a “república das Bruzundangas”.

A obra perpassa dimensões institucionais, comportamentais e ideológicas do processo político brasileiro. Com nova organização, os textos foram dispostos em blocos, para facilitar intersecções entre temas e problemas de pesquisa.

Lançamento: 15 de janeiro de 2024

Autor: Décio Saes

Editora: Boitempo

ISBN: 978-6557173251



Políticas anticíclicas e progresso econômico trata de assuntos palpitantes da atualidade econômica: a recessão, a inflação e a estagnação econômica, além dos desafios que constituem as amarras que prendem os países subdesenvolvidos ao atraso econômico – a chamada “armadilha da renda média”.

O Brasil não foge a esses desafios.

Escrito de maneira compreensível a todos e sem sofisticadas teóricas, além do mínimo

necessário ao entendimento dos temas, o livro tem a preocupação de atingir o leitor comum, que tanto sofre no seu dia a dia ao pagar as contas, os estudantes de economia e aqueles que tenham economia na sua grade curricular.

Políticas Anticíclicas e Progresso Econômico enseja uma visão global do funcionamento das economias modernas e dos instrumentos de política econômica, utilizáveis para superar os problemas existentes e alcançar maiores níveis de bem-estar.

Lançamento: 21 de março de 2023

Autores: Nilo Alberto Barroso e Omar Barroso Khodr

Editora: Alta Books

ISBN: 9788550817873

NOVA TEMPORADA



Episódio #104

Letramento econômico para o empoderamento feminino

Quais são as particularidades da educação financeira para mulheres – especialmente quando se trata de mulheres negras e periféricas?

Ouçã agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!





@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br